



**UNICESUMAR - CENTRO UNIVERSITÁRIO CESUMAR  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE MESTRADO EM PROMOÇÃO DA SAÚDE**

**SAÚDE NA ESCOLA: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS PROJETOS  
POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE MARINGÁ-PR**

**ACADÊMICA: ISABELA QUAGLIA  
ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> ANA PAULA MACHADO VELHO  
CO-ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> LIZIA HELENA NAGEL**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**MARINGÁ - PR  
2013**

**UNICESUMAR - CENTRO UNIVERSITÁRIO CESUMAR  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE MESTRADO EM PROMOÇÃO DA SAÚDE**

**SAÚDE NA ESCOLA: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS PROJETOS  
POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE MARINGÁ-PR**

Dissertação de mestrado apresentada à UniCesumar – Centro Universitário Cesumar, como requisito à obtenção do título de Mestre em Promoção da Saúde.

Linha de Pesquisa: Educação e Tecnologias na Promoção da Saúde.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Paula Machado Velho

Co-orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lízia Helena Nagel

**MARINGÁ - PR  
DEZEMBRO/2013**

Q763

**QUAGLIA, Isabela.**

Saúde na Escola: uma análise de conteúdo dos Projetos Políticos-Pedagógicos das Escolas Municipais de Maringá-Pr. Isabela Quaglia. Maringá-Pr. Unicesumar, 2013. 79p.

**Mestrado em Promoção da Saúde**

Orientadora: Ana Paula Machado Velho

Co-Orientadora: Lizia Helena Nagel

1. Saúde. 2. Escola. 3. Projeto Político-Pedagógico . I. Título.

CDD 22ª Ed. 614

NBR 12899 - AACR/2

## DEDICATÓRIA

Às professoras

Ana Paula Machado Velho e Lízia Helena Nagel,

que acreditaram na proposta desse trabalho.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus e à Nossa Senhora das Graças, em frente a qual, diariamente, prostrei-me para que não me faltasse sabedoria e forças para a concretização de mais uma etapa da minha vida acadêmica.

Ao meu marido, Agnaldo José Marques, que, por muitas vezes, viu-me com o desejo de transformação e angustiada com os resultados. Pela paciência, companheirismo e compreensão.

Aos meus pais, Ana Marisa Quaglia e Cerzino Quaglia, e meus irmãos, Andréia Quaglia, Júlio César Quaglia e Luciana Geni Quaglia, que sempre me incentivaram para a efetivação do mestrado.

À minha sogra, Maria Helena Marques, e ao meu sogro, José Peres Marques, pelo incentivo e apoio financeiro.

À UniCesumar – Centro Universitário Cesumar, pela compreensão das horas em que tive que me ausentar dos meus afazeres, para a concretização de mais este sonho.

## EPÍGRAFE

“o papel da escola torna-se ainda mais específico, ultrapassando a figura da complementação da família, ou da sociedade de normas e valores, para assumir a condição de lugar da formação de um tipo essencial de competência frente à formação da cidadania e frente às mudanças na sociedade e na economia. A escola tenderá tornar-se instância estratégica em termo de qualificação das mudanças estruturais qualitativas e universais, para assegurar a todos a mesma oportunidade de desenvolvimento”.

(DEMO,1993)

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO I</b> .....	12
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	12
1.1 DESCRIÇÃO DO PROBLEMA.....	14
1.2 OBJETIVOS .....	16
<b>1.2.1 Objetivo Geral</b> .....	16
<b>1.2.2 Objetivos Específicos</b> .....	16
1.3 REVISÃO DE LITERATURA .....	17
<b>1.3.1 O Projeto Político-Pedagógico e a intencionalidade de promover saúde</b> .....	17
<b>1.3.2 Políticas Curriculares Nacionais para a educação básica</b> .....	19
<b>1.3.3 Promoção da saúde</b> .....	23
1.4 MATERIAL E MÉTODOS .....	25
<b>1.4.1 Procedimentos metodológicos</b> .....	25
1.4.1.1 Delimitação da pesquisa .....	25
1.4.1.2 Delimitação dos Tópicos Norteadores e Categorias.....	27
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	33
<b>CAPÍTULO II</b> .....	36
<b>2 APRESENTAÇÃO</b> .....	36
2.1 ARTIGOS CIENTÍFICOS.....	37
<b>2.1.1 Promoção da saúde e escola: uma análise dos determinantes nos projetos político-pedagógicos nas escolas municipais de Maringá-PR</b> .....	58
<b>2.1.2 Prevenção e cidadania na escola: uma análise das discussões nos projetos político-pedagógicos das escolas municipais de Maringá-PR.</b> .....	76
<b>CAPÍTULO III</b> .....	77
<b>CONCLUSÃO</b> .....	77

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Delimitação da pesquisa realizada por meio de critérios de cotas.

Quadro 2: Quantificação das Categorias pesquisadas por meio da análise de conteúdos dos Projetos Político-Pedagógicos das escolas municipais de Maringá-PR.

Quadro 3: Análise das Categorias nos Tópicos Norteadores dos Projetos Político-Pedagógicos das escolas municipais de Maringá-PR.

## LISTA DE ABREVIATURAS

DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
E.M.N.1	Escola Municipal Norte 1.
E.M.N. 2	Escola Municipal Norte 2.
E.M.N.3	Escola Municipal Norte 3.
E.M.S.1	Escola Municipal Sul 1.
E.M.S.2	Escola Municipal Sul 2.
E.M.S.3	Escola Municipal Sul 3.
E.M.L.1	Escola Municipal Leste 1.
E.M.L.2	Escola Municipal Leste 2.
E.M.L.3	Escola Municipal Leste 3.
E.M.L.4	Escola Municipal Leste 4.
E.M.O.1	Escola Municipal Oeste 1.
E.M.O.2	Escola Municipal Oeste 2.
E.M.O.3	Escola Municipal Oeste 3.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
LDB	Lei de Diretrizes e Bases.
MEC	Ministério da Educação.
NRE	Núcleo Regional de Educação.
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais.
PNE	Plano Nacional de Educação.
PPP	Projeto Político-Pedagógico.
SEDUC	Secretaria Municipal de Educação.
SUS	Sistema Único de Saúde.

## RESUMO

Quaglia, Isabela. **Saúde na escola: uma análise de conteúdo dos Projetos Político-Pedagógicos das Escolas Municipais de Maringá-PR**. Maringá: 2013. Dissertação de Mestrado – UniCesumar Centro Universitário Cesumar.

Saúde e Educação acompanham todo o processo de desenvolvimento do ser humano. A escola, sendo um lugar privilegiado de socialização e de formação de sujeitos produtores de conhecimentos, deve apresentar em seus planejamentos, também, iniciativas de promoção da saúde, isto é, deve possibilitar que práticas educativas sejam discutidas em seu Projeto Político-Pedagógico (PPP), propondo ações que estimulam qualidade de vida. Nesse sentido, este estudo propõe a apresentar: quantos indivíduos, em fase de escolarização, possuem seu direito assegurado de constituir-se como sujeito e atuar na sociedade como cidadão crítico e reflexivo? Será que as escolas estão estruturadas para tal por meio de seus Projetos Políticos-Pedagógicos? As questões de promoção da saúde estão presentes nestes documentos norteadores das escolas que atuam com turmas de 1º ao 5º ano do ensino fundamental? Nesta perspectiva o objetivo deste estudo é traçar um panorama de como as informações do contexto promoção da saúde aparecem em 13 Projetos Político-Pedagógicos das escolas municipais da cidade de Maringá-PR. A metodologia utilizada foi à análise de conteúdo nos Tópicos Norteadores que estruturam os PPP. Para realizar uma abordagem quantitativa foram definidas categorias de busca para proporcionar melhor entendimento e interpretação do que as escolas indicavam para trabalhar o tema saúde no processo educativo. As categorias de busca definidas foram: **saúde, alimentação, higiene, prevenção, doença, álcool, sexualidade/sexo, drogas, violência, esporte e meio ambiente**.

Os resultados da análise de conteúdo mostraram que, quando se cita estas categorias nos Tópicos Norteadores dos Projetos Político-Pedagógicos das 13 escolas estudadas, não se centraliza, especificamente, ações que possam efetivamente redundar em melhor qualidade de vida dos estudantes e da comunidade.

**Palavras-chave:** Saúde, Escola, Projeto Político-Pedagógico, Maringá-PR.

## **ABSTRACT**

Quaglia, Isabela. ***Health at school: a content analysis of the political-pedagogical projects of the Municipal Schools of Maringá-PR.*** Maringá: 2013. Master Thesis – UniCesumar - Centro Universitário Cesumar.

*Health and Education go along with the whole process of human development. The school, being a privileged place for socialization and formation of knowledge producers subjects, must submit initiatives to promote health in their planning, ie, must provide educational practices to be discussed in its Political-Pedagogical Project (PPP), proposing actions that stimulates quality of life. In this sense, this study aims to present: how many individuals at school stage have ensured their right to constitute themselves as subjects and act in society as a critical and reflective citizen? Are schools structured for such through its Political-Pedagogical Projects? The issues of health promotion are present in these guiding documents of schools that work with classes from 1st to 5th year of elementary school? In this perspective the aim of this study is to give an overview of how the information context of health promotion appears on 13 political-pedagogical projects of municipal schools in the city of Maringá-PR. The used methodology was the content analysis of the Guiding Topics that structures the PPP. To perform a quantitative approach, search categories were defined to provide better understanding and interpretation of what schools indicates for working through health issues in the educational process. The defined search categories were: **health, nutrition, hygiene, prevention, disease, alcohol, sexuality / sex, drugs, violence, sports and environment.***

*The results of the content analysis showed that, when quoting these categories in Guiding Topics of political-pedagogical projects of the 13 schools studied, is not centralized, specifically, actions that can actually result in better quality of life for students and community.*

**Key-words:** Health, School, Political-Pedagogical Project, Maringá-PR.

## CAPÍTULO I

### INTRODUÇÃO

As mudanças sociais produzem alterações significativas na educação e na saúde, que expressam de modo singular essas mesmas alterações. Saúde, de acordo com os princípios e as diretrizes do Sistema único de Saúde (SUS), é um termo que se mantém como definido na Declaração dos Direitos Humanos de 1948, e reforçado na Constituição Federal Brasileira de 1988: “direito de todos e dever do Estado”. Porém, esse direito só se tornará realidade quando houver a “participação da população e o compromisso político do Ministério da Saúde que busca: universalização, equidade, integralidade, resolutividade orientando os investimentos na promoção da saúde” (BRASIL, 2005, p. 6).

Neste cenário, a escola tem papel importante, já que se propõe a constituir cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. É o ambiente onde se propõe reflexões, construção de conhecimentos, condições privilegiadas de aprendizagem na busca de uma transformação social, portanto, é o centro da formação humana em sua totalidade.

O projeto de educação escolarizada atual, que se coloca socialmente como democrática, popular, inclusiva e plural, inaugura a possibilidade de construirmos uma escola mais justa e solidária, compromissada com as várias funções sociais e políticas que a educação escolar deve assumir com os vários setores da sociedade. A escola passa a exigir a possibilidade de apropriação em seu projeto político-pedagógico de conhecimentos e valores que contribuam para a formação integral e exercício de cidadania (BRASIL, 2005, p. 08).

Portanto, a escola é um espaço em que há possibilidade de se construir ações direcionadas também à promoção da saúde e, conforme apresentam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), “ao educar para a saúde, de forma contextualizada e sistemática, o professor e a comunidade escolar contribuem de maneira decisiva na formação de cidadãos capazes de atuar em favor da melhoria

dos níveis de saúde pessoais e da coletividade” (BRASIL,1997, p. 61). A escola poderá dar subsídios para que os alunos se capacitem em prol de uma vida saudável.

Saúde e educação acompanham todo o desenvolvimento humano de maneira muito expressiva, apresentando-se como fundamentais para o desenvolvimento biopsicossocial e na formação dos sujeitos sociais e políticos. As ações setoriais do Estado, no campo da educação e saúde, são indispensáveis para a construção de políticas públicas integradas (BRASIL, 2010).

A esse respeito, Delors (1998, p. 51) pondera que “a educação tem como objetivo essencial o desenvolvimento do ser humano na sua dimensão social”. Nessa compreensão, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um dos pilares para a concretização deste desenvolvimento.

Gandin e Gandin (2005, p. 169) pontuam que o PPP “é um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade de prática da instituição em um processo de transformação”.

Assim, quando a escola institui o tema saúde em seu Projeto Político-Pedagógico, a ideia é que ela passe a promover ações educativas que levam à reflexão sobre o que é ter uma vida saudável. Promover saúde, conforme exposto em documento:

é promover qualidade de vida e reduzir vulnerabilidade e riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes, compreendendo que, para tal, é fundamental ampliar a autonomia das pessoas e das coletividades no cuidado integral à saúde, minimizando ou extinguindo as desigualdades de toda e qualquer ordem (BRASIL, 2008, p. 09).

Dessa forma, este estudo tem a intenção de investigar como estas informações aparecem nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas municipais de Maringá-PR. A proposta desta pesquisa é analisar os dados referentes à promoção da saúde nestes documentos.

Para Pelicioni e Torres (1999),

uma escola promotora de saúde implementa políticas práticas e outras medidas que se referem à autoestima dos indivíduos, à provisão de múltiplas oportunidades para seu sucesso e ao reconhecimento de bons esforços e iniciativas, bem como de realizações pessoais (PELICIONI E TORRES,1999, p. 09).

Infere-se que a escola deve oferecer informações fundamentais para que o sujeito se construa saudavelmente, ou seja,

deve ser garantida por políticas sociais e econômicas, reduzindo o risco de doença e promovendo acesso universal e igualitário às ações e serviços em promoção, proteção e recuperação da saúde. A saúde deve ser compreendida como qualidade de vida e não apenas ausência de doenças (BRASIL, 2011, p. 11).

De acordo com o documento final da Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, realizada na cidade de Ottawa no Canadá, em novembro de 1986, Promoção da Saúde é o

processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde e para atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social os indivíduos e grupos devem saber identificar aspirações, satisfazer necessidades e modificar favoravelmente o meio ambiente, isto é, a saúde deve ser vista como um recurso para a vida, e não como objetivo de viver. Neste sentido, a saúde é um conceito positivo, que enfatiza os recursos sociais e pessoais, bem como as características físicas. Assim, a promoção da saúde não é responsabilidade exclusiva do setor saúde, e vai além de um estilo de vida saudável, na direção de um bem-estar global (BRASIL, 2002).

Portanto, foram investigadas ações nesta direção nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas municipais de ensino da cidade de Maringá-PR.

## 1.1 DESCRIÇÃO DO PROBLEMA

De que forma os conteúdos de Promoção da Saúde são contemplados nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas de 1º ao 5º ano administradas pela Rede Municipal de Ensino de Maringá-PR? Como são operacionalizados esses

conteúdos? Recebem maior ênfase no conhecimento ou na prática dos alunos em sua trajetória escolar? São estes questionamentos centrais a serem respondidos nesta pesquisa.

Impossível pensar a formação de um sujeito social e político sem investir na educação e na saúde. A escola atual, que se coloca democrática, inclusiva e plural, se apresenta como instrumento de construção de uma sociedade mais justa e solidária. Um dos focos deste processo é o investimento na saúde do sujeito (BRASIL, 2005).

Nesse momento, cabe a pergunta: a quantos indivíduos está assegurado o direito de se construir como sujeito e atuar na sociedade como cidadão crítico e reflexivo por meio da escola promotora da saúde? As unidades educacionais municipais da cidade de Maringá-PR estão se estruturando por meio dos Projetos Político-Pedagógicos como construtoras do conhecimento em saúde?

Pelicioni e Torres (1999, p. 3) afirmam que “a promoção da saúde no contexto escolar deve enxergar o ser humano de forma integral e multidisciplinar, considerando-o em seu contexto familiar, comunitário e social” e pontuam ainda que

a Educação em Saúde enfatiza os enfoques de ensino que se baseiam na participação e na responsabilidade dos estudantes em seu processo de aprendizagem, como requisito imprescindível para a construção de seus conhecimentos e gerenciamento de sua saúde. Portanto, uma consequência prática da Educação em Saúde é que, quando a aprendizagem funciona, a pessoa se responsabiliza por um estilo de vida saudável (PELICIONI e TORRES, 1999, p. 6).

Partindo deste princípio, trabalhar com o tema saúde na escola implica não somente transmitir informações descontextualizadas, mas sim desenvolver no educando conhecimentos, competências e habilidades para que sejam adotados modos de vida saudáveis, de forma prática. Conforme Santos (2005, p. 39), “entendemos que o setor da educação é o que melhor pode contribuir para a promoção da saúde, até porque a educação é a base necessária para qualquer transformação social que busque contribuir para uma vida humana melhor e digna”.

Nesse sentido, podemos concluir que todos os campos interessados nessa área: governo, sistema escolar, família e instituições, poderiam ampliar sua potencialização se buscassem ações em parceria, de forma interdisciplinar.

Nessa perspectiva, este estudo busca discutir como esta parceria interdisciplinar, ponderada pelas políticas de educação e saúde, acontece no cotidiano das escolas municipais de ensino da cidade de Maringá, que atuam no segmento de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

Como as propostas em promoção da saúde são apresentadas nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas pesquisadas?

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

Analisar como as questões de promoção da saúde estão presentes nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas municipais de Maringá-PR, que atuam com turmas do 1º ao 5º ano do ensino fundamental.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar as diretrizes dos documentos que regem os Projetos Político-Pedagógicos das escolas municipais de Maringá-PR no que diz respeito à saúde;
- Analisar os Projetos Político-Pedagógicos das escolas do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, no que diz respeito às ações que determinam a promoção da saúde;
- Quantificar e analisar as questões de promoção da saúde, efetivamente, presentes nos projetos.

## 1.3 REVISÃO DE LITERATURA

### 1.3.1 O Projeto Político-Pedagógico e a intencionalidade de promover saúde

Pensar em uma escola promotora da saúde é acreditar em uma instituição que promove também qualidade de vida. O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um dos instrumentos norteadores para o direcionamento da construção de uma escola saudável.

O Artigo I da Declaração Mundial sobre Educação para Todos e do Quadro de Ação para Responder às Necessidades Educativas Fundamentais, de 1990, diz que:

toda a pessoa – criança, adolescente ou adulto – deve poder se beneficiar de uma formação concebida para responder as suas necessidades educativas fundamentais. Estas necessidades dizem respeito tanto aos instrumentos essenciais de aprendizagem (leitura, escrita, expressão oral, cálculo, resolução de problemas), como os conteúdos educativos fundamentais (conhecimentos, aptidões, valores e atitudes) de que o ser humano tem necessidade para sobreviver, desenvolver todas as suas faculdades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente no desenvolvimento, melhorar a qualidade de sua existência, tomar decisões esclarecidas e continuar a aprender (UNESCO, 1990).

Entende-se que a escola, sendo um dos espaços de desenvolvimento das necessidades integrais na formação de pessoas, deve assumir junto com a sociedade funções sociais, tornando-se democrática. “A exigência de apropriação, em seu Projeto Político-Pedagógico, de conhecimento e valores que contribuam para a valorização, a formação integral e o exercício da cidadania coloca-se como condição para o desempenho desse papel” (BRASIL, 2010, p. 15).

A escola, portanto, “é um espaço institucional privilegiado para a convivência social e o estabelecimento de relações intersubjetivas favoráveis à promoção da saúde e à construção de resposta social aos desafios colocados à sociedade” (BRASIL, 2008, p. 15).

Segundo Veiga (2004, p. 49), “a educação, assim, contextualizada faz com que a escola, especialmente a escola pública, assuma importância cada vez maior como espaço-tempo em que as prioridades socioeducacionais dos cidadãos podem se concretizar”. Para a autora, isso se viabiliza na vigência de políticas públicas adequadas,

técnica e pedagogicamente, com ação planejada, vontade política, práticas educativas fundamentais, sistematizadas, continuadas e aperfeiçoadas continuamente. É processo de planejamento-discussão-decisão-ação-reflexão-avaliação-replanejamento-nova ação... É projeto com “cara própria”, fundamento, conteúdo, resultados e, por isso, constantemente reafirmado e renovado (VEIGA, 2004, p. 49).

Assim, o projeto deve ser construído baseado nas finalidades a que se propõe realizar. Vasconcellos (2005) justifica este apontamento atribuindo as especificidades para a construção de um instrumento norteador. O autor pondera que o projeto tem que:

- ser elemento estruturante da identidade da instituição;
- possibilitar a gestão democrática da escola: ser um canal de participação efetiva;
- mobilizar e aglutinar pessoas em torno de uma causa comum, gerando solidariedade e parcerias;
- dar um referencial de conjunto para a caminhada;
- ajudar a conquistar e consolidar a autonomia da escola;
- resgatar a autoestima do grupo: fazê-lo acreditar nas suas possibilidades de intervenção na realidade;
- possibilitar a delegação de responsabilidades;
- ajudar a superar as imposições ou disputas de vontades individuais na medida em que há um referencial construído e assumido coletivamente;
- colaborar na formação dos participantes (VASCONCELLOS, 2005, p. 61).

Gandin e Gandin (2005, p.14), afirmam que nenhuma ação será concretizada se as ideias não forem

realizadas na prática, isto é, não transformadas em ação, servem apenas para o prazer do debate e da compreensão. Por isso são igualmente necessárias ferramentas para transformar ideias em prática. E se a educação, sobretudo a escolar, não trabalhar com a igualdade de importância nestas duas dimensões (a produção de

ideias e a organização de ferramentas para torná-las realidade) não acontecerão as transformações necessárias (GANDIN E GANDIN, 2005, p.14).

Para os autores, qualquer instituição, para contribuir significativamente naquilo a que se propõe, precisa ter clareza e bom desempenho em duas dimensões: “(1) na riqueza e adequação das ideias que maneja; e (2) nos instrumentos apropriados para transformar essas ideias em prática” (GANDIN E GANDIN, 2005, p.17). E o Projeto Político-Pedagógico é o instrumento que realiza essa ação educativa. Destarte, ela só será concretizada se estiver relacionada com os interesses da equipe pedagógica juntamente com as da comunidade escolar, buscando propor transformação social.

### **1.3.2. Políticas Curriculares Nacionais para a educação básica**

Para compreendermos as instâncias das políticas públicas, devemos considerar que elas são propostas pela União, pelos estados, pelos municípios e pelo Distrito Federal, e se propõem a atender às necessidades e às demandas da sociedade. As questões que englobam a educação, consideradas políticas educacionais fazem parte do conjunto das políticas públicas, e seguem determinações da Constituição Federal, do Plano Nacional de Educação (PNE), da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e de resoluções e leis complementares (EYNG, 2010).

Sendo assim, as políticas curriculares são parte integrante das políticas educacionais no que se referem às questões do ensino no cotidiano escolar. Para Pacheco (2000) a política curricular

é a expressão de uma legitimidade e de um poder relacionados com tomadas de decisões sobre seleção, organização e avaliação dos conteúdos de aprendizagem, que são a face visível da realidade escolar, e ainda com o papel desempenhado por cada ator educativo na construção do projeto formativo do aluno (PACHECO, 2000, p. 140).

Segundo Eyng (2010, p. 38), as políticas educacionais em vigor e que orientam para “a construção de currículo de base nacional comum são regulamentadas por dois principais documentos norteadores da educação básica: a LDB (Lei nº 9394/96) e o PNE (Lei nº 10.172/2001), regidos, naturalmente, pela Constituição Federal”.

A LDB tem como função as seguintes determinações,

regularizar, em âmbito nacional, a base comum do currículo, a carga horária e presença mínima em aula e as formas de promoção de série, cabendo aos estados, municípios e até mesmo às escolas a normatização das peculiaridades regionais e locais, curriculares e de calendário, de promoção de série e a expedição da documentação escolar de cada aluno da educação básica (BRASIL, 1996).

Já o Plano Nacional de Educação, “estabelece metas decenais para todos os níveis e etapas da educação, apontando para que estados e municípios criem e estabeleçam planos semelhantes e compatíveis com as metas nacionais” (BRASIL, 2001).

As determinações apresentadas pela LDB e pelo PNE “são complementadas nas diferentes instâncias administrativas por meio de diretrizes, parâmetros e referenciais curriculares, para cada nível e modalidade da educação básica do sistema nacional de ensino” (EYNG, 2010, p. 39).

No art. 21, a LDB especifica que a educação escolar compõe-se da educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Em seu art. 22, a LDB determina que a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (BRASIL, 1996).

De acordo com Eyng (2010), essa mesma Lei determina, nos artigos 12 e 13, que cada escola deve elaborar de forma coletiva sua proposta pedagógica. A LDB se refere neste documento à elaboração e ao desenvolvimento da proposta pedagógica e do plano curricular. Em seu art. 14, que trata da gestão democrática, a Lei utiliza o termo Projeto Político-Pedagógico da escola, o que é, sem dúvida, um

ponto fundamental, por enfatizar a importância da reflexão e da tomada de decisão coletiva acerca da intencionalidade educativa.

Diante disso, quer-se compreender como as escolas municipais de Maringá estão se planejando para promover saúde ou educar para saúde. Isto só é possível por meio de análise do documento de planejamento que se chama Projeto Político-Pedagógico (PPP).

Segundo Vasconcellos (2005), o Projeto Político-Pedagógico é o plano global da instituição. Para o autor, esse termo pode ser entendido como

a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. Portanto, é um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição no processo de transformação (VASCONCELLOS, 2005, p. 169).

Podemos considerar que as políticas curriculares determinam e orientam o planejamento e o desenvolvimento do currículo escolar, sendo que o detalhamento das políticas curriculares para os diversos níveis de ensino é elaborado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) e pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

A Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010, em seu Art. 1º, define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais como,

conjunto orgânico, sequencial e articulado das etapas e modalidades da Educação Básica, baseando-se no direito de toda pessoa ao seu pleno desenvolvimento, à preparação para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho, na vivência e convivência em ambiente educativo, e tendo como fundamento a responsabilidade que o Estado brasileiro, a família e a sociedade têm de garantir à democratização do acesso, a inclusão, a permanência e a conclusão com sucesso das crianças, jovens e adultos na instituição educacional, a aprendizagem para continuidade dos estudos e a extensão da obrigatoriedade e da gratuidade da educação Básica (BRASIL, 2010).

Em seu Art. 2º da Resolução, as Diretrizes propõem como objetivos:

- I. Sistematizar os princípios e as diretrizes da Educação Básica contidos na Constituição, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e demais dispositivos legais, traduzindo-os em orientações que contribuam para assegurar a formação básica comum nacional, tendo como foco os sujeitos que dão vida ao currículo e à escola;
- II. Estimular a reflexão crítica e propositiva que deve subsidiar a formulação, a execução e a avaliação do projeto político pedagógico da escola de Educação Básica;
- III. Orientar os cursos de formação inicial e continuada de docentes e demais profissionais da Educação Básica, os sistemas educativos dos diferentes entes federados e as escolas que os integram, indistintamente da rede a que pertençam (BRASIL, 2010).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) são definidos como

um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual (BRASIL, 1997).

Segundo os documentos apresentados pelo Ministério da Educação (MEC), os parâmetros e os referenciais possuem o objetivo de “propiciar aos sistemas de ensino, particularmente aos professores, subsídios à elaboração e/ou reelaboração do currículo, visando à construção do projeto pedagógico, em função da cidadania do aluno” (BRASIL, 2006).

Neste sentido, as escolas devem elaborar o Projeto Político-Pedagógico que contempla

a finalidade de cada organização educativa expressada nos seus processos e metas propostos [...] denomina-se político porque coletivo, político porque consciente, político porque define uma posição do grupo, político porque expressa um conhecimento próprio, contextualizado e compartilhado. Político, porque supõe uma proposta coletiva, consciente, fundamentada e contextualizada para a formação do cidadão. [...] Denomina-se pedagógico porque define a intencionalidade formativa, porque expressa a proposta de intervenção formativa, refletida e fundamentada, ou seja, a efetivação da finalidade da escola na formação para a cidadania (EYNG, 2002, p. 26).

No contexto, compreende-se aqui a construção do Projeto Político-Pedagógico como um processo que abrange não apenas a elaboração de planos e metas, mas também, a sua execução e avaliação.

### **1.3.3 Promoção da saúde**

Promoção da Saúde é um processo que enfatiza, principalmente, o oferecimento de informação para que o sujeito se construa saudável. Para tanto, a escola torna-se o espaço onde esta informação precisa estar constantemente em debate.

Segundo Branco (2007), embora o acesso à informação seja um direito, as práticas de educação e saúde não se devem limitar à transmissão de conteúdos. Para a autora, “informação, por si só, não muda comportamentos. Para que a informação seja assimilada, se transforme em ação e gere mudanças, é necessário um conjunto de habilidades” (BRANCO, 2007, p. 31). Dessa maneira, podemos constatar que o desenvolvimento de habilidade é importante em qualquer fase da vida, sendo fundamental na adolescência.

A autora ainda especifica que a adolescência é um período privilegiado para investir em promoção da saúde por uma série de razões. Acrescenta que é nesse período que se “desenvolvem a capacidade de abstração, de solucionar problemas e de prever consequências, além da possibilidade de refletir sobre si mesmo e de perceber sentimentos e perspectivas” (BRANCO, 2007, p.31).

Corroborando, Buss (2000 *apud* Harada, 2007) lembra que,

o mundo está passando por transformações decorrentes dos progressos políticos, econômicos, sociais, ambientais e dos avanços científicos e tecnológicos, que objetivam uma permanente melhoria nas condições de saúde e de qualidade de vida (BUSS, 2000 *apud* HARADA, 2007, p. 05).

Por outro aspecto, esses avanços vêm estimulando maus hábitos alimentares e sedentarismo, entre outros problemas.

Esta hipótese é confirmada pelo estudo apresentado por Rodrigues (2005), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2009. Ele pondera que o motivo pelo qual as crianças e adolescentes estão menos ativos refere-se ao

tempo em frente à TV, internet e videogame, menos aulas de educação física nas escolas, menor opção de lazer ativo, em função da violência intraurbana e mobilidade urbana, aumento de frota automobilística e a preocupação dos pais com a segurança (RODRÍGUES, 2005, p. 33).

Em outras palavras, a televisão, a internet e o videogame tornaram-se grandes aliados do sedentarismo, um dos principais causadores da obesidade, afetando a saúde e causando vulnerabilidade, já que as crianças e os adolescentes permanecem por horas em frente a estas tecnologias. Assim, substituem os momentos de lazer, nos quais poderiam estar praticando atividades esportivas ou outras práticas que estimulam hábitos de vida saudáveis.

Outro grande fator que influencia os hábitos alimentares é a mídia. A maioria das propagandas publicitárias e os programas televisivos estimulam a escolha de alimentos ricos em gorduras causadores da obesidade.

Conforme apresentado por Silva; Costa e Ribeiro (2008), a obesidade na infância pode causar problemas psicossociais, diminuir a autoestima, podendo levar as crianças a uma maior vulnerabilidade à depressão, afastando-as das atividades sociais. E essa rejeição, como expõem os autores, começa na fase pré-escolar, afetando o desempenho escolar e os relacionamentos.

Para Neves (2007), durante o período escolar, as crianças passam por mudanças importantes no estilo do padrão alimentar:

nesta fase, as crianças já participam das atividades familiares como também das refeições dos adultos, recebendo o mesmo alimento que a família come. À medida que crescem, diminuem os números de refeições e o interesse pela alimentação. Com o ingresso na escola, passam a conviver com horários, com o conhecimento de alimentos diferentes daqueles já habitualmente conhecidos no meio familiar e com as preferências por doces, guloseimas e bebidas de alto valor calórico e baixo nutritivo. De acordo com o estilo de vida familiar, o escolar pode ter uma vida sedentária ou desenvolver várias modalidades de atividades físicas (NEVES, 2007, p. 38).

Ainda segundo a autora, “a adoção de um comportamento alimentar saudável do escolar pode ser apontada como importante medida de promoção da saúde, com repercussões positivas na vida adulta” (NEVES, 2007, p. 38).

Além da alimentação saudável, outro fator considerado relevante no processo de promoção da saúde na infância e na adolescência é a prática de atividades físicas. Para Teixeira (2007), é preciso

ênfase no desenvolvimento das capacidades físicas, motoras e aprendizagem de habilidades não só ensinar e ajudar a fazer um movimento, e sim entender e compreender a necessidade e a importância das atividades físicas como promoção de saúde e prevenção de doenças/distúrbios (TEIXEIRA, 2007, p. 52).

Segundo a autora, na adolescência “deve ser aproveitado o entusiasmo predominante nesta fase para as atividades e utilizá-las como experiências motoras ricas e motivadoras, são cuidados importantes para garantir que elas sejam incorporadas como valor para toda a vida” (TEIXEIRA, 2007, p.54).

Diante dessas propostas, todas as instâncias - família, sociedade e escola - têm a responsabilidade de favorecer e fortalecer comportamentos que estimulem e promovam a saúde. Por isso, é imprescindível a verificação de qual maneira os Projetos Político-Pedagógicos das escolas municipais de Maringá contemplam as questões apresentadas e reflexivas ao decorrer deste estudo.

## 1.4 MATERIAL E MÉTODOS

### 1.4.1 Procedimentos metodológicos

#### 1.4.1.1 Delimitação da pesquisa

Para dar início à realização da pesquisa, foi encaminhada à Secretaria de Educação de Maringá (SEDUC), sob os cuidados da Diretora de Ensino, em 27 de novembro de 2012, a “Carta de autorização da instituição concedente”. Solicitou-se,

na carta, a autorização para colher dados para a pesquisa intitulada **Saúde na Escola: uma análise de conteúdo dos Projetos Político-Pedagógicos das escolas municipais de Maringá-PR.**

A proposta é traçar um panorama de como as informações do contexto promoção da saúde aparecem nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas.

Para realizar a investigação definiu-se uma amostra entre as 49 escolas municipais da cidade que ofertam o ensino fundamental de 1<sup>a</sup> ao 5<sup>a</sup> ano.

A definição por amostra, conforme Gil (1999) é feita em três fases,

(1) classificação da população em função de propriedades tidas como relevantes para o fenômeno a ser estudado; (2) determinação da proporção da população a ser colocada em cada classe, com base na constituição conhecida ou presumida da população e (3) fixação de cotas para cada observador ou entrevistador encarregado de selecionar elementos da população a ser pesquisada, de modo tal que a amostra total seja composta em observância à proporção das classes consideradas (GIL, 1999, p. 104).

Escolheram-se as escolas municipais que apresentavam o maior número de alunos matriculados por região da cidade: Norte, Sul, Leste e Oeste. A opção de utilizar critério de cotas por região se justifica na medida em que torna viável realizar a interpretação de diferentes realidades.

Foram definidas, então, 13 (treze) escolas municipais, sendo 3 (três) na região norte, o que representou 23,07% do total; 3 (três) na região sul, que representou 23,07%; 4 (quatro) na região leste, que representou 30,76%; e 3 (três) na região oeste, que representou (23,07%) da amostra.

As informações como nome da escola, região localizada e quantidade de alunos foram fornecidas pela Diretoria de Ensino do município, que encaminhou por e-mail os dados, assim como a cópia dos 13 (treze) Projetos Político-Pedagógicos do ano de 2012.

O quadro abaixo apresenta a delimitação para a realização da pesquisa, por meio de critério de cotas.

QUADRO 1 – DELIMITAÇÃO DA PESQUISA REALIZADA POR MEIO DE CRITÉRIOS DE COTAS.		
Região	Escola Municipal (1ª ao 5ª ano)	Quantidade de alunos por escola
Norte	E.M.N.1	806
	E.M.N.2	368
	E.M.N.3	288
Sul	E.M.S.1	473
	E.M.S.2	374
	E.M.S.3	366
Leste	E.M.L.1	617
	E.M.L.2	577
	E.M.L.3	537
	E.M.L.4	520
Oeste	E.M.O.1	831
	E.M.O.2	481
	E.M.O.3	371
<b>Total de escolas pesquisadas</b>	<b>13</b>	

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela Diretoria de Ensino do município de Maringá – Nome das escola/Região situada/ Números de alunos – 2012.

Utilizaram-se as nomenclaturas E.M.N (Escola Municipal Norte), E.M.S (Escola Municipal Sul), E.M.L (Escola Municipal Leste) e E.M.O (Escola Municipal Oeste), para identificar as escolas por região.

#### 1.4.1.2 Delimitação dos Tópicos Norteadores e Categorias

Após a delimitação do campo de trabalho, iniciou-se a aplicação de análise de conteúdo nos Projetos Político-Pedagógicos, conforme proposto na metodologia de Bardin (2011):

um conjunto de técnicas de análises das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que

permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2011, p.48).

O método utilizado pela autora é descrito pela realização de 3 (três) fases para obter resultados neste processo. São eles: “a Pré-análise; a Exploração do material e o tratamento dos resultados; a inferência e a interpretação” (BARDIN, 2011, p. 125).

Para procurar as respostas propostas por esta pesquisa, inicialmente foi realizada a Pré-análise no documento. A Pré-análise é a fase de organização do material. Segundo Bardin (2011, p.125), essa organização “corresponde a um período de intuições, mas tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise”.

Nesse sentido, foi realizado, uma exploração nos 13 (treze) Projetos Político-Pedagógicos, procurando identificar os determinantes de saúde pontuados como práticas ou construção de possibilidades em promoção da saúde, realizadas no espaço escolar. Percebeu-se, que os Projetos não tinham uma estrutura básica para a realização de um diagnóstico do tema nos documentos. A pesquisadora, por essa ocasião, apoiou-se na ação realizada pela Secretaria de Educação (SEDUC) que, no ano de 2012, a pedido do Núcleo Regional de Educação (NRE), solicitou que todas as escolas da Rede Municipal de Ensino de Maringá-PR reelaborassem o seu Projeto Político-Pedagógico.

A orientação para a reelaboração dos Projetos foi realizada pelo documento “Orientações para reunião pedagógica nas escolas municipais”, produzido pela Secretaria de Educação, Diretoria de Ensino e Gerência de Ensino de Maringá. Este documento instituiu o “Roteiro para (Re) Elaboração do Projeto Político-Pedagógico”.

Este roteiro norteou a elaboração dos PPP a partir de uma estrutura proposta pelos técnicos da SEDUC e se dividia em diferentes Tópicos Norteadores propostos para a análise:

- Organização da Entidade Escolar;
- Característica da Comunidade Escolar;

- Princípios Norteadores da Educação;
- Proposta Curricular que Norteia a Ação do Estabelecimento;
- Trabalho Sobre a Diversidade Escolar;
- Complementação Curricular;
- Avaliação Institucional e;
- Plano de Ação da Escola.

Procurou-se, a partir destes Tópicos, formular hipóteses de quais eram as questões discutidas sobre saúde e seus determinantes nas escolas. Após uma leitura exaustiva do objeto de estudo, houve a necessidade de propor uma delimitação do tema com abordagem quantitativa, por meio da qual foram determinadas Categorias de busca, para proporcionar uma melhor interpretação do que a escola indicava trabalhar acerca do tema saúde no processo educativo.

As Categorias de busca deram suporte ao delineamento da exploração do documento. Bardin (2011, p.147) determina categorias como “rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos”.

As Categorias definidas após a exploração da análise nos Tópicos Norteadores foram:

- Saúde.
- Doença.
- Alimentação.
- Álcool.
- Prevenção.
- Sexualidade/sexo.
- Drogas.
- Violência.
- Meio ambiente.
- Higiene e;
- Esporte.

Embora os termos definidos sejam, algumas vezes, pouco apresentados nos documentos, são representativos, uma vez que é pertinente a presença da contextualização desses termos nos Projetos Político-Pedagógicos, que impõem as escolas a tornarem-se um ambiente construtor de uma sociedade saudável.

Em seguida, foi realizada a Exploração do material. Esta etapa, para Bardin (2011, p.131), “se trata de procedimentos aplicados manualmente ou de operações efetuadas por computador”, para reunir os dados a serem analisados.

Para detectar as Categorias nos documentos, utilizou-se o recurso de busca por categoria no *software Word*, do pacote *Microsoft Office*, que apresentou a quantificação das vezes em que cada Categoria apareceu nos PPP. A elaboração do quadro abaixo só foi possível a partir das busca sistemática das Categorias nos Projetos Político-Pedagógicos. As Categorias foram encontradas 345 vezes, conforme apresentado no quadro 2:

QUADRO 2 – QUANTIFICAÇÃO DAS CATEGORIAS PESQUISADAS POR MEIO DA ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE MARINGÁ-PR.												
Região	Nome da escola	Categorias										
		Saúde	Doença	Alimentação	Alcool	Prevenção	Sexualidade/Sexo	Drogas	Violência	Meio Ambiente	Higiene	Esporte
Norte	E.M.N.1	04	0	03	0	01	01	01	02	01	01	07
	E.M.N.2	05	0	01	0	01	02	02	03	03	02	0
	E.M.N.3	22	01	02	0	02	02	01	02	01	02	04
Sul	E.M.S.1	03	01	01	0	0	01	03	02	02	0	0
	E.M.S.2	02	0	0	0	0	01	01	01	0	0	0
	E.M.S.3	14	01	01	0	01	01	01	0	04	02	0
Leste	E.M.L.1	03	0	0	0	02	01	02	03	01	02	03
	E.M.L.2	09	01	04	0	01	02	01	03	01	02	09
	E.M.L.3	09	01	03	02	0	02	05	07	02	03	05
	E.M.L.4	07	0	01	0	0	01	0	01	02	02	04
Oeste	E.M.O.1	13	01	04	0	02	02	05	08	12	02	01

	E.M.O.2	02	0	01	0	01	02	01	02	01	0	06
	E.M.O.3	09	0	01	01	02	01	07	17	07	0	05
<b>Total das quantificações das categorias</b>		<b>102</b>	<b>06</b>	<b>22</b>	<b>03</b>	<b>13</b>	<b>19</b>	<b>30</b>	<b>51</b>	<b>37</b>	<b>18</b>	<b>44</b>

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nas quantificações das categorias analisadas nos Projetos Político-Pedagógico das escolas municipais de Maringá-PR.

Baseado nesses itens, condutores do processo de elaboração do Projeto Político-Pedagógico que se propôs traduzir as frequências das Categorias definidas anteriormente.

Cada Categoria apresentou padrões de áreas de citações que apresentaram a frequência numeral e a frequência relativa, por Tópicos Norteadores, conforme apresentado abaixo:

<b>QUADRO 3 – ANÁLISE DAS CATEGORIAS NOS TÓPICOS NORTEADORES DOS PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE MARINGÁ-PR.</b>			
<b>Tópicos Norteadores dos PPP</b>	<b>Categorias</b>	<b>Frequência (n/N)</b>	<b>Frequência relativa (%)</b>
<b>Organização da Entidade Escolar</b>	Esportes	21/44	47,72%
	Álcool	1/3	33,33%
	Drogas	3/30	10,00%
	Alimentação	2/22	9,09%
	Prevenção	1/13	7,69%
<b>Caracterização da Comunidade Escolar</b>	Saúde	14/102	13,72%
<b>Princípios Norteadores da Educação</b>	Sexualidade/Sexo	9/19	47,36%
	Higiene	6/18	33,33%
	Saúde	20/102	19,60%
	Violência	10/51	19,60%
	Alimentação	4/22	18,18%
	Doença	1/6	16,66%
	Meio Ambiente	6/37	16,21%
	Esporte	4/44	9,09%

<b>Proposta Curricular que norteia a ação do estabelecimento</b>	Prevenção	9/13	69,23%
	Doença	3/6	50,00%
	Alimentação	11/22	50,00%
	Meio Ambiente	18/37	48,64%
	Saúde	43/102	42,15%
	Sexualidade/Sexo	7/19	36,84%
	Drogas	5/30	16,66%
	Esporte	5/44	11,36%
<b>Trabalho sobre a Diversidade Escolar</b>	Sexualidade/Sexo	2/19	10,52%
<b>Complementação Curricular</b>	Violência	39/51	76,47%
	Drogas	19/30	63,33%
	Meio Ambiente	13/37	35,13%
	Álcool	1/3	33,33%
	Esporte	14/44	31,81%
	Prevenção	3/13	23,07%
	Doença	1/6	16,66%
<b>Avaliação institucional</b>	Higiene	6/18	33,33%
	Alimentação	4/22	18,18%
	Saúde	5/102	4,90%
<b>Plano de Ação da Escola</b>	Higiene	6/18	33,33%
	Álcool	1/3	33,33%
	Doença	1/6	16,66%
	Saúde	20/102	19,60%
	Drogas	3/30	10,00%
	Sexualidade	1/19	5,26%
	Alimentação	1/22	4,54%
	Violência	2/51	3,92%

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base na análise dos Tópicos Norteadores dos Projetos Político-Pedagógico das escolas municipais de Maringá-PR.

A partir dos resultados apresentados no quadro acima, iniciou-se a interpretação dos conteúdos das Categorias, que foram contextualizadas pelas escolas pesquisadas, dentro dos Tópicos Norteadores.

## REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1ª Edição. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRANCO, Viviane Manso Castello. **Desenvolvendo habilidades para a saúde e qualidade de vida**. In: Sociedade Brasileira de Pediatria. Departamento Científico de Saúde Escolar. **Cadernos de Escolas Promotoras da Saúde I**. Rio de Janeiro, RJ: 2007. p.31-32.
- BRASIL. Diário Oficial da União, Poder Executivo. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Brasília, DF: 2001.
- \_\_\_\_\_. Diário Oficial da União, Poder Legislativo. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, DF: 1996.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho nacional de educação. Câmara de educação básica. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010**. Brasília, DF: 2010.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Portaria nº 300, de 30 de janeiro de 2006**. Brasília, 2006.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília, DF: 1997.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. **A educação que produz saúde**. Brasília, DF: 2005.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Projeto Promoção da Saúde**. As Cartas da Promoção da Saúde. Brasília, DF: 2002.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Programa Nacional de DST e Aids**. Diretrizes para implantação do Projeto Saúde e Prevenção nas escolas. Brasília, 2010.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **SUS a Saúde no Brasil**. Brasília, DF: 2011.
- BUSS. P. M. Promoção da Saúde e qualidade de vida, 2000. In: HARADA, Jorge. Introdução. **Cadernos de Escolas Promotoras da Saúde I**. Rio de Janeiro, RJ 2007.
- DELORS, Jacques. (Org). **Educação: um tesouro a descobrir**. Brasília: Ministério da Educação – Unesco. Brasília, DF: 1998.

EYNG, Ana Maria. **Currículo Escolar**. Curitiba, PR: Ibplex, 2010.

\_\_\_\_\_. Projeto Político Pedagógico: planejamento e gestão da escola, 2002. In: EYNG, Ana Maria. **Currículo Escolar**. Curitiba, PR: Ibplex, 2010.

GANDIN. Danilo; GANDIN, Luís Armando. **Temas para um projeto político-pedagógico**. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª ed. São Paulo, SP: Atlas, 1999.

NEVES, Márcia Bitar Portella. Alimentação Saudável. In: Sociedade Brasileira de Pediatria. Departamento Científico de Saúde Escolar. **Cadernos de Escolas Promotoras da Saúde I**. Rio de Janeiro, 2007, p. 38-41.

PACHECO, J.A. **Políticas curriculares descentralizadas: autonomia ou recentralização?** Educação e Sociedade, ano 21, nº 73, p. 139-161, dez. 2000.

PELICIONI. Maria Cecília Focesi; TORRES. André Luís. **Promoção da Saúde: A Escola promotora de Saúde**. Monografia. Departamento em Prática em saúde pública, Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública. São Paulo, SP: 1999.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO. **E.M.N.1**. Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

\_\_\_\_\_. **E.M.N.2**. Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

\_\_\_\_\_. **E.M.N.3**. Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

\_\_\_\_\_. **E.M.S.1**. Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

\_\_\_\_\_. **E.M.S.2**. Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

\_\_\_\_\_. **E.M.S.3**. Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

\_\_\_\_\_. **E.M.L.1**. Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

\_\_\_\_\_. **E.M.L.2**. Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

\_\_\_\_\_. **E.M.L.3**. Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

\_\_\_\_\_. **E.M.L.4**. Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

\_\_\_\_\_. **E.M.O.1**. Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

\_\_\_\_\_. **E.M.O.2**. Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

\_\_\_\_\_. **E.M.O.3**. Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

RODRÍGUEZ, M. C. M. *et al.* **Los adolescentes españoles y su salud: resumen del estudio Health Behaviour in School Aged Children (HBSC-2002)**. Madrid: Ministerio de Sanidad y Consumo, Universidad de Sevilla, 2005. Disponível em: <[http://www.hbsc.org/countries/downloads\\_countries/Spain/adolesResumen2005.pdf](http://www.hbsc.org/countries/downloads_countries/Spain/adolesResumen2005.pdf)>. Acesso em: nov. 2012.

SANTOS, Débora de Souza. **Ações intersetoriais de educação e saúde**. Dissertação de Mestrado. Unicamp. Campinas, SP: 2005.

SILVA, Yonara Marisa Pinto da; COSTA, Rosely Galvão; RIBEIRO, Ricardo Laino. **Obesidade infantil: uma revisão bibliográfica**. Saúde e ambiente em revista: Revista da Universidade Unigranrio, Duque de Caxias, v.3, nº. 1, p. 01-15, jan-jun, 2008.

TEIXEIRA, Luzimar. Atividades físicas e promoção da saúde na infância e adolescência. In: Sociedade Brasileira de Pediatria. Departamento Científico de Saúde Escolar. **Cadernos de Escolas Promotoras da Saúde I**. Rio de Janeiro, RJ: 2007, p. 52-57.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem Jomtien. 1990.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento**: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político – Pedagógico: elementos metodológicos para a elaboração e realização. 12ª ed. São Paulo, SP: Libertad, 2005.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org). **Projeto Político – Pedagógico da Escola**: uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 2004.

## CAPÍTULO II

### APRESENTAÇÃO

Esta dissertação é composta por três capítulos. No primeiro, apresenta-se a introdução e o desenvolvimento da pesquisa. No segundo, apresentam-se dois artigos científicos escritos em consonância com as regras do Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde. No terceiro, é apresentada a conclusão desta pesquisa.

Na introdução buscou-se apresentar delimitações sobre o tema e o problema que envolve esta pesquisa, justificando a necessidade do seu desenvolvimento e expondo os objetivos gerais e específicos, assim como se descreveram os procedimentos metodológicos utilizados para o seu desenvolvimento.

No primeiro artigo, **Promoção da Saúde na Escola: uma análise dos determinantes nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas municipais de Maringá-PR**, são apresentados os resultados de como as escolas municipais de Maringá atuam com o tema saúde e seus determinantes no projeto norteador.

O segundo artigo, **Prevenção e Cidadania na Escola: uma análise das discussões nos Projetos Políticos-Pedagógicos das escolas municipais de Maringá-PR** traça um panorama de como as informações do contexto prevenção e cidadania são discutidos nos PPP.

## **2 ARTIGOS CIENTÍFICOS**

### **2.1.1 ARTIGO 1**

#### **PROMOÇÃO DA SAÚDE E ESCOLA: UMA ANÁLISE DOS DETERMINANTES NOS PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE MARINGÁ-PR**

##### **Resumo**

Este artigo apresenta parte dos resultados de uma dissertação e descreve os resultados da análise de conteúdo de 13 Projetos Políticos-Pedagógicos das escolas municipais de Maringá-PR, no que diz respeito ao tema saúde na escola. A pesquisa foi realizada em março de 2013, sobre os documentos de 2012, cedidos pela Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) da cidade. Procurou-se analisar as palavras do universo lexical da saúde nos Tópicos Norteadores dos documentos. Foram focadas para análise nos Tópicos 5 (cinco) categorias: saúde, higiene, esporte, alimentação e meio ambiente. Entre os resultados, destaca-se a falta de estratégias concretas para propor ou promover a saúde nas escolas.

**Palavras-chave:** Promoção da Saúde, Escola, Projeto Político-Pedagógico, Maringá-PR.

#### ***HEALTH PROMOTION AND SCHOOL: AN ANALYSIS OF DETERMINANTS IN POLITICAL-PEDAGOGICAL PROJECTS IN MUNICIPAL SCHOOLS OF MARINGÁ-PR***

##### ***Abstract***

*This article presents some results of a dissertation and describes the results of content analysis of 13 Political-Pedagogical Projects of the municipal schools of Maringá-PR, regarding to the health issue in school. The research was conducted in March 2013, about 2012 documents, provided by the City Department of Education (SEDUC). Was tried to analyze the words in the lexical universe of health in the Guiding Topics of the documents. Five (5) categories on Topics were focused to analysis: health, hygiene, sports, food and environment. Among the results, stands out the lack of concrete strategies to propose or promote health in schools.*

**Key-words:** *Health Promotion, School, Political-Pedagogical Project, Maringá-PR.*

## INTRODUÇÃO

Abordar o tema Saúde na escola é apresentar informações que auxiliarão os alunos para o seu desenvolvimento integral. A escola, sendo um espaço de socialização do conhecimento, deve instigar discussões destinadas também à promoção da saúde. Esta é definida conforme proposto pela Primeira Conferência Internacional de Promoção da Saúde, realizada em Ottawa, em 1986, como o “processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida, incluindo uma maior participação nesse processo” (BRASIL, 2002, p. 19). Nessa abordagem, a escola é entendida como o ambiente no qual essa capacitação pode ser estruturada para a constituição de cidadãos saudáveis.

Segundo Valadão (2004, p.4), “promoção da saúde na escola corresponde a uma visão e a um conjunto de estratégias que têm como objetivo produzir repercussões positivas sobre a qualidade de vida valorizando na prática os determinantes da saúde para os membros da comunidade escolar”. Isto quer dizer: a escola deve vincular informações em saúde como uma prática representativa para que o sujeito se construa saudavelmente e exerça sua cidadania.

De fato, a temática promoção da saúde na escola faz sentido na sociedade contemporânea, uma vez que existem problemas nesta área exigindo ações setoriais que abranjam a educação e a saúde. Causas apresentadas em estudos, como alto índice de obesidade na infância e adolescência, sedentarismo, falta de atenção básica na higiene, estímulo pela mídia da prática de alimentação inadequada, desrespeito ao meio ambiente, entre outros fatores que interferem na prática de uma vida saudável, justificam a importância de propor discussões e ações nos Projetos Políticos-Pedagógicos (PPP) nas escolas, uma vez que “informação e reflexão são ingredientes importantes para cuidar da própria saúde e também ajudar as pessoas a sua volta” (BRASIL, 2007, p. 6).

Neste sentido, a não alfabetização em saúde leva também a erros no uso de medicações, a não procura de ajuda médica quando necessário e à dificuldade em assumir práticas saudáveis. Ações nessa área demandam novas estratégias de reorganização do sistema de saúde, novos investimentos financeiros e, também

comunicação educativa, como o documento norteador da escola, todos visando mudanças de estilos de vida (VELHO, 2012).

Porém, a indagação que este artigo se propõe discutir é: quantos indivíduos em fase de escolarização têm seu direito assegurado de constituir-se como sujeito e atuar na sociedade como cidadão crítico e reflexivo? As unidades educacionais da cidade de Maringá - PR estão estruturadas para tal, por meio dos seus Projetos Político-Pedagógicos?

A defesa da saúde prega a importância de se instrumentalizar o indivíduo com informações, para que ele possa ser mais atuante na própria vida. Configura-se aí e legitima-se no Brasil, e em boa parte do mundo, a doutrina dos cuidados primários ou de Atenção Primária da Saúde (APS), que cresceu como resposta aos interesses políticos e pragmáticos de prevenção da doença (VELHO, 2012).

Essa nova filosofia se fortalece no Brasil no período da década de 80, quando os movimentos sociais renascem com muita força, na tentativa de minimizar o custo social do período militar no país. O próprio Estado age em favor de mudanças na área social, que são ratificadas com a promulgação de uma nova Constituição, em 1988. Esta nova Carta Magna contém o desenho do Sistema Único de Saúde que, em sua essência, visa implementar um novo modelo de política de saúde pública, no qual a disseminação de informação é fundamental (VELHO, 2012).

A Associação Americana de Medicina define esse processo de organização de informação para o vigor físico e mental como uma iniciativa de alfabetização em saúde. Consiste exatamente em habilitar o cidadão da capacidade de obter, processar e compreender informação básica em saúde, necessária à tomada de decisões apropriadas (VELHO, 2012).

Nesse sentido, o projeto norteador da ação pedagógica na escola constitui-se como um documento político para garantir o compromisso da formação para a cidadania. Segundo Maia e Costa (2011, p. 18), “o político na educação está a serviço do pedagógico, que por sua vez, volta-se à formação em sua totalidade”.

Tendo em vista a ampliação de informações que a escola pode possibilitar aos adolescentes, à família e à comunidade escolar, ela deve agregar conhecimentos favoráveis à promoção da saúde, visando discussões que determinam ambientes saudáveis que possam extrapolar os muros da escola. Para

isso, os princípios norteadores das ações pedagógicas podem contribuir quando estimulam a escola a conhecer o seu entorno e, conseqüentemente, suas vulnerabilidades.

Como afirmam Machado, Leandro e Michaliszyn (2006, p. 119), “somos sujeitos, produtos e produtores do meio ao qual pertencemos. Somos por ele construídos, mas também o construímos, já que este, assim como nós, encontra-se em constante transformação”. Desta forma, ações em promoção da saúde descritas nos PPP podem resultar em um processo educativo amplo.

### **Necessidade de planejamento**

Com o objetivo de conhecer o trabalho das escolas na promoção da saúde, por meio da análise dos seus PPP, levantou-se como estratégia de pesquisa a seguinte hipótese: a escola não está contribuindo para que o cidadão goze de um de seus direitos fundamentais, o de ser educado para ter saúde. Acredita-se, portanto, que as unidades escolares não estejam lidando com este tema de maneira adequada, posto não apresentarem tais preocupações desde o processo obrigatório de planejamento das unidades escolares. Sua falta de interesse nessa área se reflete nos Projetos Político-Pedagógicos (PPP), que não identificam ações efetivas para as modificações concretas de problemas relacionados à saúde como: higiene, esporte, alimentação, meio ambiente, entre outros.

A falta de comprometimento na elaboração do documento norteador da prática pedagógica implica o não envolvimento na execução das ações necessárias ao desenvolvimento integral do aluno. O educador é fundamental na construção desse instrumento, desse planejamento. O educador, como articulador do processo de ensino-aprendizagem para a concretização das ações importantes, deve conhecer a realidade onde irá trabalhar (escola, alunos e comunidade), além do conhecimento prévio que deverá ter (VASCONCELLOS, 2005)

Veiga (2004, p. 33) lembra que “a construção do projeto político-pedagógico requer continuidade das ações, descentralização, democratização do processo de

tomada de decisões e instalação de um processo coletivo de avaliação de cunho emancipatório”.

Vasconcellos (2005, p. 50) aponta as finalidades da construção do projeto como um canal de participação efetiva. Para o autor, “o PPP, além de permitir a interação de pensamentos entre agentes construtores, favorece a interlocução com a comunidade, com os órgãos responsáveis pelo sistema educacional e com a sociedade no seu conjunto (a quem possa interessar)”, ou seja, a escola precisa ter clareza de que tipo de aluno ela quer formar e qual será o caminho para a efetivação das suas expectativas.

### **Transcurso da pesquisa**

Nessa perspectiva, este artigo tem o objetivo de traçar um panorama de como as informações do contexto promoção da saúde aparecem nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas municipais de Maringá-PR. Defende-se que ações que podem posicionar a escola como promotora da saúde e da cidadania devem começar a ser planejadas nos Projetos. Será que o tema saúde consta nos Projetos Político-Pedagógicos das instituições analisadas? Será que a construção de uma escola promotora da saúde está mesmo entre as preocupações das equipes que elaboram esses Projetos?

Para responder a estas questões, realizou-se a análise de conteúdo nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas municipais de Maringá. Na realização da investigação, definiu-se uma amostra, entre as 49 escolas municipais de Maringá que ofertam ensino fundamental de 1ª ao 5ª ano. As escolas pesquisadas foram selecionadas por meio de amostra de cotas. Essa definição, conforme Gil (1999), é feita em três fases,

- (1) classificação da população em função de propriedades tidas como relevantes para o fenômeno a ser estudado;
- (2) determinação da proporção da população a ser colocada em cada classe, com base na constituição conhecida ou presumida da população e
- (3) fixação de cotas para cada observador ou entrevistador encarregado de selecionar elementos da população a ser pesquisada, de modo tal

que a amostra total seja composta em observância à proporção das classes consideradas (GIL, 1999, p. 104).

Considerando a amostra de cotas e cumprindo os critérios de inclusão, o estudo incluiu as escolas que apresentavam o maior número de alunos matriculados por região da cidade: norte, sul, leste e oeste. Foram definidas, então, 13 escolas municipais.

A Secretaria repassou os Projetos Político-Pedagógicos das escolas para que fosse feita a análise. Destaca-se que documentos oficiais como os PPP constituem-se numa fonte fidedigna de dados, visto que representam oficialmente as escolas, junto à Secretaria de Educação. Coube à pesquisadora selecionar o que havia de seu interesse e, apesar de não exercer controle sobre a forma como os documentos foram criados, o material foi interpretado e comparado de modo a poder traçar e apresentar a ação das instituições.

Diante de um documento norteador, que não propõe modelos estruturais para a elaboração do PPP, procurou-se perceber algum padrão organizativo nos Projetos escolhidos para a análise aqui proposta. Procedimento importante para que se pudesse sistematizar as observações sobre como o tema saúde se apresenta nas instituições. Porém, e aí surge o segundo problema, não há modelo, padrão e, muito menos, capítulos ou subtítulos que especifiquem as ações de promoção da saúde nos projetos que chegaram às mãos da pesquisadora. Desta forma, a saída da pesquisadora foi apoiar-se na ação realizada pela Secretaria de Educação (SEDUC) que, no ano de 2012, a pedido do Núcleo Regional de Educação (NRE), solicitou que todas as escolas da Rede Municipal de Ensino de Maringá-PR, reelaborassem o seu Projeto Político-Pedagógico. A orientação para a reelaboração dos Projetos foi realizada pelo documento “Orientações para reunião pedagógica nas escolas municipais”, produzido pela Secretaria de Educação, Diretoria de Ensino e Gerência de Ensino de Maringá. Este documento instituiu o “Roteiro para (Re) Elaboração do Projeto Político-Pedagógico”, que norteou a elaboração dos PPP a partir de uma estrutura proposta pelos técnicos da SEDUC e se dividia em diferentes Tópicos Norteadores propostos para a análise, sendo eles: **Organização da Entidade Escolar; Característica da Comunidade Escolar; Princípios Norteadores da Educação; Proposta Curricular que Norteia a Ação do Estabelecimento;**

## **Complementação Curricular; Avaliação Institucional e; Plano de Ação da Escola.**

Nesse sentido, foi realizada uma exploração nos 13 (treze) Projetos Político-Pedagógicos, procurando identificar os determinantes de saúde pontuados como práticas ou construção de possibilidades em promoção da saúde, realizadas no espaço escolar a partir destes Tópicos.

Foram formuladas hipóteses de quais eram as questões discutidas sobre saúde e seus determinantes nas escolas. Após uma leitura exaustiva do objeto de estudo, houve a necessidade de propor uma delimitação do tema com abordagem quantitativa, por meio da qual foram determinadas Categorias de busca, para proporcionar uma melhor interpretação do que a escola indicava trabalhar acerca do tema saúde no processo educativo.

As Categorias de busca deram suporte ao delineamento da exploração do documento. Bardin (2011, p.147) determina categorias como “rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos”.

As Categorias definidas após a exploração da análise nos Tópicos Norteadores para este artigo foram: **saúde, alimentação, esporte, higiene e meio ambiente**. A detecção foi realizada utilizando o recurso de busca por palavra por meio do software *Word*, do pacote *Microsoft Office*.

Analisar essas categorias, retiradas dos Tópicos Norteadores dos Projetos Político-Pedagógico é ter a possibilidade de ver a escola como uma instituição que luta em prol da saúde como um espaço privilegiado de intervenções para o desenvolvimento e melhoria das condições de vida com maior qualidade.

Diagnosticar os problemas que acontecem nesta área é apontar a falta desses determinantes nos Projetos Político-Pedagógicos. Ao mesmo tempo, significa a possibilidade de propor ações para a redução da vulnerabilidade da comunidade em que escola está inserida visando de forma ampla à construção da cidadania.

Com essa perspectiva, esta pesquisa não se afasta das propostas da Carta de Ottawa (1986), que define alguns requisitos fundamentais para a condição de

saúde como: paz, habitação, educação, alimentação, renda, ecossistema estável, recursos sustentáveis, justiça social e equidade.

## **O perfil dos Projetos Político-Pedagógicos**

A Secretaria de Educação de Maringá - PR atendeu, no ano de 2012, dez mil educandos, em 57 Centros Municipais de Educação Infantil; e 17 mil educandos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em 49 Escolas Municipais. Isso significa que esse é um cenário de possível convivência de crianças e adolescentes de riscos ou vulneráveis, desprovidos de informações referentes à promoção da saúde.

Os resultados da análise de conteúdo mostraram que, quando se contextualiza alguns dos determinantes de saúde nos PPP das 13 escolas estudadas, não se foca, especificamente, a promoção. Os debates apresentados nos projetos não propõem e nem discutem indicadores reais da necessidade do escolar e da comunidade, conforme apresentado na análise dos Tópicos Norteadores.

## **Diagnóstico da análise das Categorias nos Tópicos Norteadores dos Projetos Político-Pedagógicos**

O Tópico Norteador **Organização da Entidade Escolar** está relacionado com a oferta de ensino da instituição. Apresenta a estrutura do grupo de trabalho e revela, também, o histórico do estabelecimento, especificando Decretos e Resoluções de seu funcionamento. Inclui a descrição de ações e/ou atividades relativas ao **esporte** e à **alimentação**. Não se pode esquecer que se registra, neste artigo, como categorias os indicadores ou termos: **Saúde, Alimentação, Meio Ambiente, Higiene e Esporte**.

Neste tópico encontram-se muitas referências ao **esporte**, em uma percentagem 47,72%. Um índice bastante grande de observações, ou de propostas, para ações relativas ao “esporte”. Observou-se, no entanto, que essa categoria,

quando disposta nos PPP analisados, dá maior ênfase à descrição da construção ou da ampliação das quadras de esporte das instituições.

Analisando os demais Projetos Político-Pedagógicos, pode-se perceber que eles apontam os Programas Mais Educação<sup>1</sup> e Escola Aberta<sup>2</sup>, como importantes para os alunos porque, segundo as escolas E.M.N.1 (2012) e E.M.O.2 (2012), eles “propõem a formação integral, capaz de desconstruir o muro simbólico entre a escola e a comunidade e entre a educação, cultura, esporte e lazer” (E.M.N.1, 2012, p. 11; E.M.O.2, 2012, p. 14).

Outra categoria em destaque foi **alimentação**, contemplado com 9,09% das referências. A escola E.M.N.1 (2012, p. 7) informa que realiza atendimento educacional especializado e descreve a Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Essa resolução recomenda que sejam providenciados, para a instituição, outros profissionais, inclusive aqueles que possam auxiliar, principalmente, nas atividades de alimentação.

A pouca representatividade das categorias neste tópico, que tem como função também de apresentar o Histórico do Estabelecimento, reside em não descrever como a educação foi pensada e como ela está sendo discutida. Importante registrar essa situação porque uma justificativa para a criação de uma instituição em um determinado bairro, direta ou indiretamente é que ela deveria contribuir para aquela comunidade de modo mais significativo.

Outro Tópico Norteador **Caracterização da Comunidade Escolar** teve a categoria **saúde** como a única representante entre todas as demais indicadas como passíveis de encaminhamento dos alunos para a construção de uma vida sadia. Esse tópico apresenta o corpo docente e discente da escola, descreve a comunidade escolar, as famílias dos educandos e o perfil dos alunos que frequentam o estabelecimento, indicando a prática pedagógica, seus problemas e índices de formação, após estudos, ou levantamentos, em seu entorno.

---

<sup>1</sup> O Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007, aumenta a oferta educativa nas escolas públicas por meio de atividades optativas.

<sup>2</sup> O Programa Escola Aberta incentiva e apoia a abertura, nos finais de semana, de unidades escolares públicas localizadas em territórios de vulnerabilidade social.

Nesse tópico, a categoria saúde se fez presente em 13,72% nos PPP. A escola E.M.O.1 (2012, p. 28) aponta neste tópico que há um outro fator importante interferindo na aprendizagem e no trabalho desenvolvido pela instituição. Segundo a pesquisa socioeconômica realizada por este estabelecimento, existe “um número considerável de mães que trabalham fora e contribuem com a renda da família”. A escola assinala, assim, que essa realidade também contribuiu para o baixo rendimento escolar de vários alunos, que ficam sem o devido acompanhamento dos pais no “processo de ensino aprendizagem”. Problemas que se apresentam na falta de compromisso dos pais quanto à frequência escolar e quanto à saúde dos filhos, uma vez que crescem as dificuldades ligadas “à hiperatividade, ao *déficit* de atenção, à indisciplina, à falta de motivação entre outros”. A mesma escola considera que essas dificuldades precisam ser superadas no sentido de levar os pais a um “maior acompanhamento de seus filhos quanto às tarefas, ou rendimento dos estudantes e quanto à saúde dos mesmos, promovendo reuniões com eles para tratar desses problemas”.

A escola E.M.L.4 (2012, p.21) destaca que o perfil dos alunos matriculados na instituição, de modo geral, tem bom aproveitamento e atende a expectativa Curricular do Município, porém, há particularidades que “apresentam limitações originadas pela convivência na família que sofre pela falta de estrutura, bem como por problemas psíquicos, de saúde, emocionais etc.”. Esta mesma escola pondera que, quando a família solicita aulas de reforço escolar em razão das dificuldades de aprendizagem, a escola não se abstém de atender, mas, reforça no documento que, “existem questões que não fazem parte da função da escola e sim da área da saúde, pois o responsável em garantir o bem estar do filho é a família e não a escola” (E.M.L.4, 2012, p.18).

Ora, a escola serve de apoio para o processo de mudança e, por isso, a partir do momento em que conhece a realidade da sua comunidade e verifica a sua vulnerabilidade, resultante de aspectos sociais e econômicos, deve propor ações de articulação que minimize esses efeitos na formação do sujeito.

O Tópico Norteador **Princípios Norteadores da Educação** apresenta a filosofia do estabelecimento e discute a função social da escola pública, remetendo-se aos principais objetivos da Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Levada a discutir os

princípios epistemológicos<sup>3</sup>; princípios didático-pedagógicos<sup>4</sup> e princípios éticos, políticos e estéticos<sup>5</sup>. Nesse Tópico, são apresentadas as seguintes categorias: **higiene, saúde, alimentação, meio ambiente e esporte.**

O assunto **higiene**, que entrou em pauta neste tópico norteador com representatividade de 33,33%, ou seja, 6 (seis) das 18 (dezoito) vezes em que foi apresentada, focou no resgate do atendimento às crianças que era realizado, antigamente, por instituições da área social. “Esse atendimento era realizado em creches e os sujeitos de direito na legislação eram as mães trabalhadoras, o que mantinha a maioria dos serviços como exclusivamente custodial; ou seja, um serviço para exercer os cuidados básicos de higiene, nutrição e segurança da criança” (E.M.L.4, 2012, p.60; E.M.L.2, 2012, p.71; E.M.L.1, 2012, p.65).

O PPP da E.M.N.2 (2012) também discorreu sobre a relação existente entre a articulação entre o cuidar e educar. Segundo a escola, esta relação estava vinculada à “situação de pobreza, abandono e maus tratos de crianças pequenas” e, durante muito tempo, “as instituições infantis, incluindo as brasileiras, organizavam seu espaço e sua rotina diária em função de ideias de assistência, de custódia e de higiene da criança” (E.M.N.2, 2012, p.46). A escola, no entanto, não se pronuncia sobre as possibilidades de ações educativas nessa área.

Dentro desse Tópico, a Categoria **saúde** apareceu como a segunda com maior frequência (19,60%). Sob este aspecto, a escola E.M.L.4 (2012, p. 21) cita em seu PPP a Emenda Constitucional nº 59, de 2009, que declara que a escola deve realizar “atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”. Ainda dentro desta discussão, a escola E.M.N.2 (2012) destaca que oferecer um desenvolvimento integral ao aluno depende tanto dos cuidados relacionados à dimensão afetiva quanto aos aspectos biológicos do corpo, “como qualidade da alimentação e dos cuidados com a saúde, quanto da forma como esses cuidados são oferecidos” (E.M.N.2, 2012, p. 47). Tudo isso está ligado à questão do Artigo 6º, da Resolução nº 7/2010 – CNE/CEB, bastante citado pelos Projetos analisados. Essa Resolução afirma que as instituições deverão ser

---

<sup>3</sup> Concepção de: conhecimento, educação, homem, mundo, sociedade, cultura e infância e adolescência.

<sup>4</sup> Princípios da Gestão Democrática (articulação escola x comunidade e instâncias colegiadas).

<sup>5</sup> Concepção de avaliação.

norteadas por políticas educativas e ações pedagógicas, contribuindo para o desenvolvimento de um sujeito que reconheça os seus direitos e deveres, tendo equidade no acesso à educação, saúde e bens culturais. Porém, as escolas não especificam, após a denominação das Resoluções, as operações que realizam para que consigam cumprir o seu papel.

Na verdade, poucas escolas discutem de forma mais precisa e aprofundada as dificuldades e a realidade do entorno das instituições, no que diz respeito às condições da implementação das políticas educativas e de saúde. Enfocando este aspecto, a E.M.L.4 (2012, p. 36) lembra, em seu Projeto Político-Pedagógico, que se está vivendo em uma “realidade marcada por desemprego, situação de miséria, precariedade de ensino público e do serviço da saúde”. E a escola E.M.S.1 (2012, p.30) acrescenta que, neste cenário, “as políticas sociais têm se caracterizado por ações fragmentadas e desconstituídas com relação à previdência social, à saúde e ao ensino, o que requer ainda mais envolvimento dos educadores na formação dos alunos da escola pública”. Isso significa que a escola reconhece que a sociedade contemporânea está desestruturada, mas não propõe ações que possam tentar dirimir as dificuldades atuais.

Mesmo com o aparente desinteresse mais absoluto por tais ações, a categoria **alimentação** apareceu neste tópico norteador em discussão (18,18%). A escola E.M.S.1 (2012) especifica que, para formar um cidadão crítico e atuante na sociedade, além de regras de convívio, é preciso que se discuta na escola temas pertinentes tidos como desafios contemporâneos, e que podem ser considerados como determinantes da saúde, como: “tratamento de lixo, poluição, alimentação, atividades físicas, dengue, entre outros que dizem respeito aos problemas da comunidade” (E.M.S.1, 2012, p.48).

Já a escola E.M.N.2 (2012) ressalta que, para se obter um desenvolvimento integral, são necessários cuidados que envolvem a dimensão afetiva e os aspectos biológicos do corpo. Ressalta em seu PPP como é importante “a qualidade da alimentação e dos cuidados com a saúde e a forma como esses cuidados [devem ser] oferecidos e as oportunidades de acesso a conhecimentos variados” (E.M.N.2, 2012, p.47).

Neste Tópico, a Categoria **meio ambiente** teve representatividade com um índice de 16,21%. O Projeto Político-Pedagógico da escola E.M.N.1 (2012, p.18), demonstra interesse na temática sobre “adaptação do organismo a seu meio ambiente”. Já a escola E.M.N.2 (2012, p. 41) afirma que “o currículo comporta, discussões sobre conhecimento, cultura, poder, identidade, meio ambiente, sociedade e atualidade. É por meio dele que as ações ocorrem na escola”. A escola E.M.S.3 (2012, p.46) relaciona a temática aos princípios políticos, nos quais o tema é “trabalhado através de conteúdos sobre cidadania, meio ambiente, participação social em sindicato, associações, os poderes públicos e etc.”. Todas as anotações, no entanto, apenas reproduzem citações de outros documentos, sem explorar as possibilidades concretas de ação no meio ambiente com seus alunos.

Por fim, com apenas (9,09%) de frequência, a categoria **esporte** é citada no Projeto Político-Pedagógico da escola E.M.L.3 (2012, p. 21) que, apresentando o Artigo 4º, da Lei nº 8.069/90, descreve que é “dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, ao esporte, ao lazer (...)”. Novamente o PPP não revela o que fazer com tais recomendações.

Analisar os dados acima é questionar qual é a real função social da escola pública. Constatamos que poucas discutem e apresentam dados que fundamentam a realidade contemporânea, que enfrenta dificuldades tanto para o desenvolvimento do processo educativo, seja ele nas dificuldades pedagógicas, quanto para a transformação de sujeitos que, conforme apontam dados, estão cada vez mais cedo sedentários e obesos. A escola pública tem que apresentar no seu Projeto Político-Pedagógico não apenas Decretos e Resoluções, mas propor mudanças da realidade.

O Tópico Norteador **Proposta Curricular que norteia a Ação do Estabelecimento** tem a finalidade de relatar como a Proposta Curricular é organizada. Leva a discutir o direcionamento dos trabalhos realizados com as relações étnicos raciais, assim como apresentar a composição do trabalho da equipe multidisciplinar. Neste Tópico, surgem as categorias: **alimentação, saúde, meio ambiente e esporte**.

Observou-se que 50% das vezes em que a palavra **alimentação** aparece nas discussões dos PPP. Foi destacada neste tópico. A maior parte das ocorrências foi apresentada como foco na disciplina de ciências, que atribui “o acesso à saúde como uma questão de natureza social, que depende do acesso à alimentação, ao vestuário, à moradia e ao lazer”, e também depende de informação e reflexão sobre esses determinantes, conforme apresentado pelas escolas E.M.S.3 (2012, p.83); E.M.O.3 (2012, p. 71); E.M.O.1 (2012, p. 85) e E.M.N.3 (2012, p.60). A categoria também foi destacada na disciplina de cultura afrodescendentes, vinculada à importância de se trabalhar com os alunos a literatura africana e indígena e suas características como “trabalho forçado, aculturação, alimentação, revolta e outros” (E.M.L.2, 2012, p.122;E.M.L.3, 2012, p.115).

Neste Tópico, a Categoria **saúde** apresentou 42,15%. A principal ênfase foi pontuada aos conteúdos estruturantes propostos também na disciplina de ciências, como corpo humano e saúde. A temática tem como objetivo compreender as transformações e a integração dos sistemas que compõem o corpo humano, bem como as questões relacionadas à saúde e qualidade de vida. A escola E.M.S.3 (2012, p. 83) discute que “nesse contexto, faz-se necessário uma reestruturação dos conteúdos referentes ao corpo humano e saúde, para que o educador possa mediar enfatizando o conhecimento científico e estabelecer relações entre o homem e seu meio”. Outra disciplina enfatizada nos Projetos Político-Pedagógicos foi a de direitos sociais, que contempla as discussões sobre direitos como: à educação, à saúde, à vida digna, à representação de diferentes formas da participação civil, como, conselhos e associações, uma questão também de qualidade de vida, assim como o desenvolvimento de uma sociedade saudável. A disciplina educação física, que também foi enfatizada pelos Projetos, apenas apontou a necessidade da prática da atividade física na produção de saúde, destacando as atividades de alongamento e relaxamento, sem se sensibilizar diante da realidade que apresenta transformações sobre a influência da mídia em comportamentos que geram o sedentarismo.

A palavra **meio ambiente** representou 48,64% da discussão neste Tópico. A maior proporção destacou a abordagem do tema na disciplina de ciências, indicando como conteúdo o binômio: o homem e o meio ambiente. O PPP da escola E.M.S.3 (2012, p.81) afirma que “o ser humano vem modificando o meio ambiente no decorrer dos tempos, interagindo com a natureza de acordo com suas necessidades

sociais”. Já a escola E.M.L.3 (2012) aborda a necessidade de contemplar no PPP da escola temas que abracem a diversidade escolar em consonância com os desafios contemporâneos como: cultura, religião, meio ambiente, inclusão social. A escola E.M.L.4 (2012) propôs incentivar a participação dos alunos em projetos que envolvam a preservação do meio ambiente. E a E.M.O.1 (2012) apresentou como proposta programas como Água de Viver e o Projeto Televisando, que têm como finalidade organizar atividades referentes ao meio ambiente. A mesma escola ainda pondera que “para o ensino fundamental é importante que cada aluno ao longo dos nove anos adquira posturas ambientalmente corretas, vivam de forma harmoniosa com o meio, preservando e protegendo todos os elementos do meio ambiente” (E.M.O.1, 2012, p.118).

Na frequência de 11,36%, a palavra **esporte** apareceu em destaque na área de educação física. As escolas E.M.L.3 (2012) e E.M.L.2 (2012) pontuaram a importância desta área para a reflexão sobre a cultura corporal. Para as escolas, a perspectiva desta reflexão é “atingir a consciência e domínio corporal através de pressupostos dos movimentos expressos na ginástica, dança, jogos e esporte, ultrapassando o ponto de vista biológico” (E.M.L.3,2012, p. 103; E.M.L.2, 2012, p. 100).

Neste Tópico, que tem como função apresentar as ações intencionais da escola, pouco se relata a preocupação em promoção da saúde e a falta de incentivo em ações que buscam o desenvolvimento da qualidade de vida da comunidade escolar.

O Tópico Norteador **Complementação Curricular** propõe descrever programas de parceria e outras atividades complementares que a escola desenvolve. Este Tópico apresentou as Categorias: **meio ambiente** e **esporte**. Aliás, 35,13% das ocorrências da palavra **meio ambiente** aparecem neste Tópico. A maioria dos PPP se propõe a investir em propostas complementares, como os programas: Recicla Óleo, Projeto Meio Ambiente/Reciclagem e coletas de resíduos, Projeto Televisando o Futuro e Programa Mais Educação. Estes são apontados como estratégias de aprendizagem informal e oportunidades para incentivar a formação crítica e reflexiva do educando, bem como, são apresentados como uma maneira de prepará-los para o exercício exemplar da cidadania. Mas não se

descreve como os assuntos abordados pelas instituições parceiras serão introduzidos nas disciplinas curriculares.

Já a palavra **esporte** apareceu em 31,81% das ocorrências. Na maioria das vezes, também relacionada com programas e projetos de parceria com a comunidade, como: Programa Mais educação, Programa Escola Aberta e Programa – Arte, Cultura e Esporte. O PPP da escola E.M.N.3 (2012), que oferta educação integral, propôs no currículo, atividades denominadas de oficinas, que vêm articuladas a eixos temáticos como: acompanhamento pedagógico, arte, esporte e lazer. A escola E.M.O.2 (2012, p. 67) aponta essas atividades como “oficinas atrativas e prazerosas”. Já a escola E.M.O.3 (2012, p. 97) acredita que essas iniciativas de oferta de oficinas aos educandos “possam realmente abrir as portas da escola para a formação humana, para o incentivo à educação, para o trabalho, para o esporte e para o lazer”.

Apresentar projetos de parceria neste tópico é de grande relevância, pois possibilita o trabalho intersetorial, em que se constituem trocas e construções de saberes, porém, a escola não pode se eximir da sua função que também é a de averiguar a real necessidade da comunidade. Desta forma, é válida a proposição de parcerias com instituições que discutem ações também em saúde.

O Tópico Norteador **Avaliação Institucional** apresenta a proposta de como a comunidade escolar está avaliando o processo educacional e administrativo da escola e deve pontuar quais os mecanismos adotados com vistas à melhoria da qualidade de ensino. Neste tópico, se apresentam as seguintes categorias: **higiene, alimentação e saúde**.

A categoria **higiene** teve representatividade de 33,33%. As escolas E.M.L.4 (2012, p.60); E.M.N.2 (2012, p.46) e E.M.O.1 (2012, p.18) explicam que “todos os aspectos que constituem e contextualizam os serviços de Educação Infantil são passíveis de serem avaliados, inclusive as condições e normas de higiene e saúde”. O que no apresenta uma enorme responsabilidade com atos de cuidados que constituem a adoção de modelos de atenção à saúde no espaço escolar.

Outro termo que foi apresentado neste tópico foi **alimentação**, que totalizou 18,18%. A escola E.M.L.2 (2012, p.18) destacou em seu Projeto o elogio dos pais na

questão da qualidade da alimentação e pelo acompanhamento realizado por um profissional da área da saúde – nutricionista.

A representatividade da categoria **saúde** foi de 4,9%. A maior ênfase foi dada aos aspectos da rotina da educação infantil, como: a composição dos grupos de crianças, a participação dos envolvidos e os mecanismos previstos para tal; a organização do tempo; a adequação, organização e utilização do espaço, as interações dos professores com as crianças e seus familiares etc. (E.M.L.2, 2012, p.153; E.M.L.4, 2012, p.72; E.M.O.1, 2012, p.139; E.M.L.1, 2012, p. 91; E.M.N.2, 2012, p.74).

Os resultados apontados pela avaliação da família permitem comparar a proposta de promoção da saúde da escola e a sua pouca efetividade tanto em planejamento quanto nos resultados alcançados.

Por fim, o Tópico Norteador **Plano de Ação da Escola** contextualiza o planejamento e a adoção das ações que a escola desenvolve. Neste tópico as categorias pontuadas foram: **higiene, saúde e alimentação**.

A categoria **higiene** foi apresentada com 33,33%. Nesta abordagem, foram discutidas pelas escolas ações de conscientização sobre a importância dos hábitos de higiene. A escola E.M.S.3 (2012, p.88) falou sobre essa conscientização do espaço escolar bem como os “cuidados quanto à organização e à higiene do mesmo”. Não enfatizou, portanto, a importância de se trabalhar o tema higiene em propostas de atenção aos cuidados pessoais.

Quando se analisa o contexto da palavra **saúde** neste tópico, que têm a ver com o objetivo do PPP, que é o planejamento da escola, as discussões são bastante superficiais e a frequência também cai para 19,60%.

Entre as sugestões de ações em saúde apresentadas pelos PPP está a de se trabalhar com os alunos as contradições que a sociedade impõe, como a exclusão por falta de moradia, por falta de saúde e por falta de emprego, instituindo o acesso à educação como o meio para diminuir as diferenças sociais, porém, sem dizer como. Um exemplo é o da escola E.M.N.3 (2012), que propôs trabalhar com programas da saúde da criança e do adolescente. Esses programas, segundo a escola, têm como objetivo “orientar as ações dos educandos sobre questões de saúde preventiva, realização de acompanhamento da saúde bucal e testes de

acuidade visual, bem como proporcionar aos educandos e comunidade a oportunidade de assistirem palestras com profissionais da saúde” (E.M.N.3, 2012, p. 77). Mas não há registro de como esses programas serão realizados.

Já a categoria **alimentação** teve representatividade de 4,54%. A escola E.M.N.3 (2012, p. 75), propõe programas de alimentação com o objetivo de “garantir aos alunos do ensino fundamental, a merenda escolar, bem como orientações sobre alimentação saudável, por meio de cultivo de alimentos orgânicos”.

Portanto, observa-se que os planos de ações e as estratégias em saúde são poucos definidos e não apresentam discussões consistentes pelas equipes pedagógicas das escolas. Esse tópico representa a dimensão real da falta de aplicação de propostas destinadas à promoção da saúde.

## **DISCUSSÃO**

De maneira geral, ao se analisar a principal palavra-chave desta pesquisa, saúde, vê-se que, boa parte das 102 vezes em que ela aparece, surge como “direito social”. Esse direito social está misturado aos direitos à educação e à vida digna e devem ser garantidos a partir da participação da escola em associações civis, conselhos de escolares, conselhos tutelares, conselhos de saúde etc. A maior parte das ocorrências, 42,15%, ou seja, 43 vezes, foca a discussão sobre saúde dentro da Proposta Curricular, na disciplina de Ciências, sugerindo como tema o Corpo Humano e Saúde. Há projetos que apontam a questão da estrutura institucional, que deve atender às “práticas e normas de segurança”. E ainda há um grupo que, quando fala em saúde, propõe conteúdos a serem trabalhados a partir de ações de atividade física, como proporcionar oportunidades de alongamento e relaxamento.

Pouquíssimos PPP apontam particularidades que consideram problemas psíquicos e emocionais, apenas dois, na realidade, o que representa 1,96% do total de ocorrências da palavra. A escola E.M.N.2 (2012) sugere o estreitamento “da relação com os pais quando o tema é saúde, sugerindo o acompanhamento e análise socioeconômica e cultural das famílias que compõem a comunidade escolar e a inserção dos responsáveis”. E acrescenta questões bastante pontuais:

um desenvolvimento integral depende tanto dos cuidados relacionais que envolvem a dimensão afetiva e dos cuidados com os aspectos biológicos do corpo, como a qualidade da alimentação e dos cuidados com a saúde, quanto da forma como esses cuidados são oferecidos e das oportunidades de acesso a conhecimentos variados. (2) A forma de cuidar, muitas vezes, é influenciada por crenças e valores em torno da saúde, da educação e do desenvolvimento infantil. (3) Os procedimentos de cuidado também precisam seguir os princípios de promoção da saúde (E.M.N.2, 2012, p.47).

A escola E.M.O.1 (2012) pondera em seu projeto que é preciso envolver a família no ambiente escolar, no processo de ensino e aprendizagem, “quanto à realização das tarefas de casa, comparecimento em reuniões ou em outras convocações, falta de compromisso quanto à frequência, a saúde dos filhos, principalmente, no que se refere aos problemas de hiperatividade”, conforme abordado no projeto pedagógico da escola E.M.O.1 (2012, p.28). Por outro lado, há grupos que eximem a escola de responsabilidades. “Discordamos [...] nas questões que não fazem parte da função da escola e sim da área da saúde, pois o responsável em garantir o bem estar do filho é a família e não a Escola, cabendo sim [a esta última] a oferta de um ambiente prazeroso para a sistematização do saber”. Este trecho é parte do Projeto da Escola E.M.L.4 (2012, p.18).

A superficialidade no tocante às discussões sobre os termos relacionados à promoção da saúde na escola se estende à apresentação das outras categorias. Higiene passa a ser uma questão institucional; esporte um tema que se relaciona com programas extracurriculares.

Diante dessa realidade, todas as instâncias - família, sociedade e escola - têm a responsabilidade de favorecer e fortalecer comportamentos que estimulem e promovam a saúde. Segundo Vasconcellos (2005, p. 179), um projeto bem elaborado “pode propiciar a formação dos sujeitos, na medida em que haja oportunidade para colocar-se em comum, práticas que estão sendo realizadas, que possa haver reflexão crítica e coletiva sobre as ideias ali expressadas”. Portanto, a escola é um das instâncias onde as informações em saúde devem estar em constante discussão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante destacar que se apresentou aqui uma breve discussão sobre as questões de saúde na escola. Utilizou-se parte dos dados que foram levantados para uma dissertação que visa discutir em profundidade como os PPP refletem a preocupação da comunidade em construir uma escola promotora da saúde. Sabe-se que outros fatores compõem o universo de condições que vão produzir o sujeito sadio. Estas questões passam pela renda, por exemplo, entre outros aspectos. Mas, a frequência e o contexto que os Projetos Político-Pedagógicos apresentam a palavra saúde já denotam uma profunda deficiência no que diz respeito à questão na escola.

Sugere-se, então, que as autoridades de saúde cuidem mais da questão da promoção da saúde na escola, começando por fornecer modelos mais consistentes a serem seguidos pelos Projetos Político-Pedagógicos e exigindo mais comprometimento das equipes gestoras na produção deste documento e na descrição de ações efetivas em relação à saúde dos educandos. Enfim, os PPP precisam ir além das proposições gerais e apontar de forma mais significativa ações concretas que deem conta dos problemas atuais que envolvem a educação. Entre eles, sem dúvida, está a saúde.

## REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1ª Edição. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **As Cartas de Promoção da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Ciência Hoje na Escola. **Conversando sobre saúde com adolescentes**. Rio de Janeiro: Instituto Ciência Hoje, v. 13, 2007.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- MACHADO, Paulo Henrique Battaglin. LEANDRO, José Augusto. MICHALISZYN, Mario Sergio. **Saúde Coletiva: um campo em construção**. Curitiba: Ibpex, 2006.
- MAIA, Benjamin Perez. COSTA, Margarete Terezinha de Andrade. **Os desafios e as superações na construção coletiva do projeto político-pedagógico**. Curitiba: Ibpex, 2011.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO. **E.M.N.1**. Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

\_\_\_\_\_. **E.M.N.2**. Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

\_\_\_\_\_. **E.M.N.3**. Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

\_\_\_\_\_. **E.M.S.1**. Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

\_\_\_\_\_. **E.M.S.2**. Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

\_\_\_\_\_. **E.M.S.3**. Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

\_\_\_\_\_. **E.M.L.1**. Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

\_\_\_\_\_. **E.M.L.2**. Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

\_\_\_\_\_. **E.M.L.3**. Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

\_\_\_\_\_. **E.M.L.4**. Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

\_\_\_\_\_. **E.M.O.1**. Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

\_\_\_\_\_. **E.M.O.2**. Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

\_\_\_\_\_. **E.M.O.3**. Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

VALADÃO, Marina Marcos. **Saúde na escola**: um campo em busca de espaço na agenda intersetorial. Tese – Universidade de São Paulo. São Paulo. Sp, 2004.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento**: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político – Pedagógico: elementos metodológicos para a elaboração e realização. 12ª ed. São Paulo: Libertad, 2005.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org). **Projeto Político – Pedagógico da Escola**: uma construção possível. Campinas: Papirus, 2004.

VELHO, Ana Paula Machado. **Jornalismo como estratégia na Promoção da Saúde**. In: Promoção da Saúde: um enfoque interdisciplinar. Maringá: UniCesumar, Pr, 2012, p. 147-162.

## 2.1.2 ARTIGO 2

### **PREVENÇÃO E CIDADANIA NA ESCOLA: UMA ANÁLISE DAS DISCUSSÕES NOS PROJETOS POLÍTICOS-PEDAGÓGICOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE MARINGÁ-PR.**

#### **Resumo**

Este artigo descreve parte dos resultados de uma dissertação e apresenta os resultados da análise de conteúdo de 13 Projetos Político-Pedagógicos (PPP) de escolas municipais de Maringá-PR, no que diz respeito ao tema prevenção e cidadania na escola. A pesquisa foi feita em abril de 2013, sobre os Projetos de 2012, cedidos pela Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) da cidade. Procurou-se perceber como os Projetos abordam temas que vão além da relação lexical com o termo prevenção. Mas estão no contexto do conceito de saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS), que a saúde envolve não só as questões físicas, mas ambientais e socioeconômicas. Foram analisadas categorias de busca nos tópicos norteadores dos PPP. As categorias de busca foram: prevenção, doença, sexualidade/sexo, violência, drogas e álcool. Entre os resultados, destaca-se a falta de estratégias concretas para promover a saúde nas escolas.

**Palavras-chave:** Saúde, Cidadania, Prevenção, Projeto Político-Pedagógico, Maringá-PR.

### ***PREVENTION AND CITIZENSHIP IN SCHOOL: AN ANALYSIS OF THE DISCUSSIONS OF THE POLITICAL-PEDAGOGICAL PROJECTS FROM SCHOOLS OF MARINGÁ-PR.***

#### ***Abstract***

*This article describes some of the results of a dissertation and presents the results of content analysis of 13 political-pedagogical projects (PPP) from schools of Maringá-PR, regarding the theme prevention and citizenship in school. The reserach was conducted in April 2013, on 2012 Projects , provided by the City Department of Education (SEDUC). Was sought to understand how the projects discuss issues that go beyond the lexical relationship with the term prevention. In the context of the*

*concept of health by the World Health Organization (WHO), the health involves not only the physical, but environmental and socioeconomic issues. Search categories were examined in Guiding Topics of PPP. The search categories were: prevention, disease, sexuality / sex, violence, drugs and alcohol. Among the results, stands out a lack of concrete strategies to promote health in schools.*

**Key-words:** *Health, Citizenship, Prevention, Political-Pedagogical Project, Maringá-PR.*

## **INTRODUÇÃO**

Uma escola que se preocupa em propor discussões sobre temas de Prevenção e Cidadania em seu Projeto Político-Pedagógico (PPP) conhece os principais debates da sociedade contemporânea e se preocupa com as expectativas da sua comunidade. Segundo Pelicioni e Torres (1999, p.9), pensar neste modelo de escola é “implementar políticas práticas e outras medidas que se referem à autoestima dos indivíduos, à provisão de múltiplas oportunidades para seu sucesso e ao reconhecimento de bons esforços e iniciativas, bem como de realizações pessoais”. Em outras palavras, a escola oferece instrumentos para que o sujeito se aproprie de informações concretas, tornando-se um cidadão reflexivo na sociedade em que atua. Porém, a quantos indivíduos está assegurado o direito de se construir como sujeito e atuar na sociedade como cidadão crítico e reflexivo por meio de uma escola promotora da saúde? As unidades educacionais da cidade de Maringá-PR estão se estruturando por meio dos seus Projetos Político-Pedagógicos como construtoras do conhecimento em saúde?

Para Pelicioni e Torres (1999, p.03) a “promoção da saúde no contexto escolar deve enxergar o ser humano de forma integral e multidisciplinar, considerando-o em seu contexto familiar, comunitário e social”. Assim como afirmam Collares e Moisés (1987), a educação e saúde trabalham com o mesmo sujeito, o ser humano e também com um mesmo propósito: proporcionar o desenvolvimento do bem-estar.

Partindo deste princípio, trabalhar com o tema prevenção, que engloba uso de drogas, álcool, sexualidade/sexo, violência e doenças relacionadas a esses termos, é uma forma de enfatizar estratégias de redução de danos visando à diminuição de riscos.

Mas, será que isso vem acontecendo no ambiente escolar na cidade de Maringá-PR?

A hipótese desta pesquisa é de que as unidades escolares não estão lidando com o tema prevenção de maneira adequada desde o processo de planejamento das unidades, que se reflete nos Projetos Político-Pedagógicos (PPP).

Nessa perspectiva, este artigo tem o objetivo de traçar um panorama de como as informações sobre saúde, que possui diferentes determinantes, como prevenção, drogas, violência, sexualidade/sexo, álcool e doenças, aparecem nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas municipais de Maringá-PR. Afinal, defende-se que ações a favor do movimento de promoção da saúde devem começar a ser planejadas nos Projetos. Será que esses temas constam nos Projetos Político-Pedagógicos das instituições analisadas? Será que a construção de uma escola promotora da saúde está mesmo entre as preocupações das equipes que elaboram esses Projetos?

Para responder a estas questões, foi feita a análise de conteúdo em 13 Projetos de escolas municipais de Maringá-PR. A ideia foi verificar como são implementadas e planejadas as atividades educativas, culturais, políticas, curriculares e extracurriculares, que visam a uma educação de qualidade e à constituição de cidadãos promotores de saúde.

Os problemas da pesquisa já começaram no início do levantamento bibliográfico inicial que sustentou o projeto. A primeira preocupação que se teve foi compreender a legislação que regulava a elaboração dos Projetos. Porém, as séries iniciais do Ensino Fundamental possuem Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que apenas orientam as decisões e ações dos gestores escolares na sua elaboração e não propõem modelos a serem desenvolvidos. Sabe-se que estes Parâmetros são fruto de políticas públicas, isto é, propostas dos governos da União, dos Estados, dos Municípios para o atendimento de necessidades e demandas advindas da sociedade.

De acordo com Eyng (2010),

as políticas educacionais são parte do conjunto das políticas públicas que as englobam e tratam das questões relativas ao provimento da educação, seguindo determinações da Constituição Federal, do

Plano Nacional de Educação (PNE), da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e de resoluções e leis complementares (EYNG, 2010, p. 38).

Isso explica quando Veiga (2010, p. 13) apresenta que “o Projeto Político-Pedagógico tem sido objeto de estudos para professores, pesquisadores e instituições educacionais em níveis nacional, estadual e municipal, em busca da melhoria da qualidade do ensino”.

Nesse sentido, Vasconcellos (2005), destaca que o Projeto Político-Pedagógico é o plano global da instituição. Para o autor, o documento é entendido como “um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição no processo de transformação” (VASCONCELLOS, 2005, p. 169).

Porém, não há uma diretriz específica para adequação do Currículo da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Há, sim, alguns apontamentos. Essa falta de modelo traz prejuízos ao conteúdo dos Projetos, como será visto mais à frente.

## **METODOLOGIA**

Este artigo é parte de uma análise documental, realizada nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas municipais de Maringá-PR. Para realizar a investigação, definiu-se uma amostra entre as 49 escolas municipais da cidade que ofertam ensino fundamental de 1ª ao 5ª ano. As escolas pesquisadas foram definidas por meio de amostra de cotas. Essa definição, conforme Gil (1999) é feita em três fases,

(1) classificação da população em função de propriedades tidas como relevantes para o fenômeno a ser estudado; (2) determinação da proporção da população a ser colocada em cada classe, com base na constituição conhecida ou presumida da população e (3) fixação de cotas para cada observador ou entrevistador encarregado de selecionar elementos da população a ser pesquisada, de modo tal que a amostra total seja composta em observância à proporção das classes consideradas (GIL, 1999, p. 104).

Cumprindo os critérios de inclusão, o estudo abrangeu as escolas que apresentaram o maior número de alunos matriculados por região da cidade: norte, sul, leste e oeste. Foram definidas, então, 13 escolas municipais.

A Secretaria Municipal de Maringá (SEDUC) repassou à pesquisadora os Projetos Político-Pedagógicos das escolas para que fosse feita a análise. Destaca-se que documentos oficiais como os PPP constituem-se numa fonte fidedigna de dados, visto que representam oficialmente as escolas, junto à Secretaria de Educação. Coube à pesquisadora selecionar, interpretar e comparar o conteúdo de seu interesse de modo a poder traçar e apresentar as ações das instituições.

Diante de um documento norteador, que não propõe modelos estruturais para a elaboração do PPP, procurou-se perceber algum padrão organizativo nos Projetos escolhidos para a análise aqui proposta. Procedimento importante para que se pudesse sistematizar as observações sobre como o tema saúde se apresenta nas instituições. Porém, e aí surge o segundo problema, não há modelo, padrão e, muito menos, capítulos ou subtítulos que especifiquem as ações de promoção da saúde nos projetos que chegaram às mãos da pesquisadora. Desta forma, a saída da pesquisadora foi apoiar-se na ação realizada pela Secretaria de Educação (SEDUC) que, no ano de 2012, a pedido do Núcleo Regional de Educação (NRE), solicitou que todas as escolas da Rede Municipal de Ensino de Maringá-PR, reelaborassem o seu Projeto Político-Pedagógico. A orientação para a reelaboração dos Projetos foi realizada pelo documento “Orientações para reunião pedagógica nas escolas municipais”, produzido pela Secretaria de Educação, Diretoria de Ensino e Gerência de Ensino de Maringá. Este documento instituiu o “Roteiro para (Re) Elaboração do Projeto Político-Pedagógico”, que norteou a elaboração dos PPP a partir de uma estrutura proposta pelos técnicos da SEDUC e se dividia em diferentes Tópicos Norteadores propostos para a análise, sendo eles: **Organização da Entidade Escolar; Característica da Comunidade Escolar; Princípios Norteadores da Educação; Proposta Curricular que Norteia a Ação do Estabelecimento; Trabalho Sobre a Diversidade Escolar; Complementação Curricular; Avaliação Institucional e; Plano de Ação da Escola.**

Nesse sentido, foi realizada uma exploração nos 13 (treze) Projetos Político-Pedagógicos, procurando identificar os determinantes de saúde pontuados como

práticas ou construção de possibilidades em promoção da saúde, realizadas no espaço escolar a partir destes Tópicos.

Foram formuladas hipóteses de quais eram as questões discutidas sobre saúde e seus determinantes nas escolas. Após uma leitura exaustiva do objeto de estudo, houve a necessidade de propor uma delimitação do tema com abordagem quantitativa, por meio da qual foram determinadas Categorias de busca, para proporcionar uma melhor interpretação do que a escola indicava trabalhar acerca do tema saúde no processo educativo.

As categorias de busca deram suporte ao delineamento da exploração do documento. Bardin (2011, p.147) determina categorias como “rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos”.

As categorias definidas após a exploração da análise nos Tópicos Norteadores para este artigo foram: **prevenção, doença, álcool, sexualidade/sexo, drogas e violência**. A detecção foi realizada utilizando o recurso de busca por palavra por meio do software *Word*, do pacote *Microsoft Office*.

Analisar essas categorias, retiradas dos Tópicos Norteadores dos Projetos Político-Pedagógico é ter a possibilidade de ver a escola como uma instituição que luta em prol da saúde como um espaço privilegiado de intervenções para o desenvolvimento e melhoria das condições de vida com maior qualidade.

Neste artigo, será analisada parte das categorias propostas para a pesquisa. Aqui serão vistas aquelas que estão contextualmente ligadas ao universo lexical da saúde. A Constituição Brasileira de 1988 afirma que a “saúde é direito de todos e dever do Estado”, portanto,

deve ser garantida por políticas sociais e econômicas, reduzindo o risco de doença e promovendo acesso universal e igualitário às ações e serviços em promoção, proteção e recuperação da saúde. A saúde deve ser compreendida como qualidade de vida e não apenas ausência de doenças (BRASIL, 2011, p. 5).

Portanto, a escola também tem a responsabilidade de garantir o direito de cidadania aos seus educandos, buscando apresentar em seus planejamentos iniciativas em promoção da saúde.

### **O perfil dos Projetos Político-Pedagógicos**

O município de Maringá-PR, em 2012, tinha dez mil educandos, em cinquenta e sete Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI), e dezessete mil educandos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em quarenta e nove Escolas municipais, conforme informações disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Educação (SEDUC). Foi neste âmbito que se deu o levantamento de dados em 13 Projetos.

Dados apontam a vulnerabilidade na construção de sujeitos sadios neste âmbito de pesquisa, relacionada a “aspectos sociais, políticos e culturais combinados à falta de informação” (BRASIL, 2010).

Portanto, a escola deve oferecer informações e subsidiar a prática em promoção da saúde, abordando questões de prevenção na sua prática cotidiana, ou seja, ela deve incentivar e propiciar condições de discussões para responder os problemas da população.

Abaixo será apresentada a forma como essas discussões são abordadas nos Tópicos Norteadores dos Projetos Político-Pedagógico das escolas pesquisadas. Percebe-se a falta de preocupação das instituições no que diz respeito à informação em saúde.

### **Tópicos norteadores e o Processo de Cidadania na Escola**

O Tópico Norteador **Organização da Entidade Escolar** que está relacionado com a oferta de ensino da instituição, apresenta a estrutura de grupo de trabalho, o histórico do estabelecimento, decretos e resoluções para o seu funcionamento. Inclui a descrição de ações e/ou atividades relativas ao **álcool, às drogas e à prevenção**, que denominamos de categorias, uma vez que elas seriam indicadores da

importância dada a esses elementos na promoção da saúde dos alunos. Não se pode esquecer que se registram como categorias para esta pesquisa os seguintes indicadores ou termos: **doença, álcool, prevenção, sexualidade/sexo, droga e violência.**

A categoria **álcool** apareceu 33,33% das ocorrências neste tópico. A escola E.M.L.3 (2012) apresentou o tema como a caracterização da comunidade escolar. Segundo o Projeto Político-Pedagógico da escola,

muitos alunos passaram e passam por dificuldades, sendo que muitos deles foram gerados nas drogas, no álcool e na violência doméstica, fatores estes que comprometem, e muito, o desenvolvimento intelectual da criança e a aquisição do conhecimento científico (E.M.L.3, 2012, p.18).

Porém, a escola não relacionou esse fato a discussões que possam transformar a comunidade em que essa escola está inserida, não enfatizou como ela irá articular esse fato com o processo de aprendizagem, visando à redução de riscos a que os alunos desta comunidade estão expostos.

Com 10% das ocorrências, a palavra **droga** foi representada neste tópico. A ênfase dada ao tema foi a base nacional comum que é constituída também pela disciplina “Prevenção ao uso indevido de drogas”, conforme apresentado nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas E.M.O.3 (2012); E.M.N.1 (2012); E.M.O.2 (2012); E.M.N.3 (2012) e E.M.O.1 (2012). A discussão de temas como este em forma de disciplina, demonstra que este assunto se faz relevante, uma vez que a vulnerabilidade está salientada em indivíduos nesta fase escolar.

Em apenas uma escola, ou seja, em 7,69% das ocorrências, a palavra **prevenção** apareceu neste tópico, apresentada na discussão do histórico do estabelecimento, um subitem do tópico Organização da Entidade Escolar. A escola E.M.L.1 (2012) discorreu sobre um programa que foi implantado pela Portaria Interministerial nº 17/2007<sup>6</sup> e que, segundo a escola E.M.L.1 (2012),

tem aumentado a oferta educativa nas escolas públicas por meio de atividades optativas que foram agrupadas em macro campos:

---

<sup>6</sup> A Portaria Interministerial nº 17/2007, instituiu o Programa Mais Educação.

pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e artes, cultura digital, prevenção e promoção da saúde (E.M.L.1, 2012, p.12).

Essas temáticas devem ser socializadas pelo espaço privilegiado de conhecimento em que se constitui a escola. Conhecer a organização, o histórico do estabelecimento e as problemáticas que envolvem a comunidade escolar são possibilitar condições de melhorias na sociedade.

O Tópico Norteador **Princípios Norteadores da Educação** tem como foco a filosofia do estabelecimento, discutindo qual a função social da escola pública e remetendo aos principais objetivos da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que discute os princípios epistemológicos<sup>7</sup>; princípios didático-pedagógicos<sup>8</sup> e princípios éticos, políticos e estéticos<sup>9</sup>. Nesse tópico foram encontradas as categorias: **sexualidade/sexo, violência e doença**.

A categoria **sexualidade/sexo** apresentou maior ênfase, com 47,36% das ocorrências. O destaque foi dado ao Artigo 6º, da Resolução nº 7/2010, do CNE/CEB, que afirma que

os sistemas de ensino adotarão como norteadores das políticas educativas e das ações pedagógicas, os seguintes princípios: I – Éticos: de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, raça, **sexo**, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (E.M.O.2, 2012, p. 54; E.M.S.1, 2012, p.47; E.M.N.2, 2012, p.53; E.M.L.1, 2012, p.72; E.M.S.3, 2012, p.45; E.M.L.2, 2012, p.80).

Destaca-se, entretanto, que o Artigo refere-se ao conceito de representação biológica do sexo. Nos PPP não foi apresentado como serão trabalhadas as diferenças relativas às determinações pontuadas pela Resolução.

Outra categoria constatada pela análise foi **violência**, que reuniu 19,60% das ocorrências. Nesta categoria, foi considerada a sociedade atual, que gera

---

<sup>7</sup> Concepção de: conhecimento, educação, homem, mundo, sociedade, cultura e infância e adolescência.

<sup>8</sup> Princípios da Gestão Democrática (articulação escola x comunidade e instâncias colegiadas).

<sup>9</sup> Concepção de avaliação.

desigualdade, como um dos fatores determinantes da violência. O PPP da escola E.M.N.2 (2012, p.35) ponderou sobre essa sociedade, que é “seletiva, competitiva, omissa e não participativa, gerando consequências de violência, desemprego e miséria, o que reflete no ambiente escolar”. A escola E.M.L.2 (2012, p.39) destacou “a crescente onda de violência que assola o mundo, a falta de amor e caridade de uns para com os outros”, como fator gerador de uma sociedade que pode “questionar o sentido ético ou ser complacente para com quem pratica o mal e a violência”.

O PPP da escola E.M.L.4 (2012, p.36) apontou a fase da infância como o melhor momento da vida e discutiu que “nem sempre é deste modo que a infância é vivida por todas as crianças. Basta olhar ao redor, para vermos meninos e meninas na rua, esmolando, se prostituindo, sendo explorados no trabalho, sofrendo violências de todos os tipos”.

Porém, em nenhum dos documentos analisados foram encontradas contextualizações que contribuíssem para discussões que tentam dirimir as lacunas da sociedade e quais as contribuições das escolas para saná-las.

Já o termo **doença** aparece apenas uma vez neste tópico com 16,66%, na frase: “infelicidade de desigualdade social, fome, miséria, doenças e outros substantivos desse gênero” (E.M.L.2, 2012, p.38).

Diante da análise desse tópico norteador, considera-se que a escola pública é o lugar onde se deve intensificar a prática dialógica favorecendo discussões e as lacunas do processo de prevenção, ou seja, promover saúde exige formação e informação.

O Tópico Norteador **Proposta Curricular que Norteia a Ação do Estabelecimento** propõe relatar como a Proposta Curricular é organizada, assim como expor os trabalhos realizados pela escola em relação às ações étnicos raciais e à composição do trabalho da equipe multidisciplinar. Neste tópico, as seguintes categorias foram apresentadas: **prevenção, doença, sexualidade/sexo e drogas**.

A palavra **prevenção** foi encontrada treze vezes nos PPP analisados. Nove delas na proposta curricular, representando 69,23%. A escola E.M.N.3 (2012) destacou também a disciplina de ciências, na temática: corpo humano e saúde, especificando:

o conhecimento e compreensão sobre as transformações e principalmente, a integração entre os sistemas que compõem o corpo humano, suas funções de nutrição, relação, regulação e reprodução, bem com as questões relacionadas à saúde e à sua manutenção, caracterizam o campo de estudo deste conteúdo estruturante, cujo princípio é a busca da prevenção (E.M.N.3, 2012, p.60).

A disciplina de ciências é privilegiada na abordagem do tema prevenção, porém, as discussões não refletem sobre a realidade atual e os seus contextos determinantes. Assim como a proposta de trabalho sobre a temática da cultura afro-brasileira, africana e indígena, que tratou a discussão sobre a produção de trabalhos para a diversidade escolar. Neste contexto, citou-se também como exemplo a prevenção ao uso indevido de drogas, a discussão sobre sexualidade humana, a educação ambiental, a educação fiscal e o enfrentamento à violência contra a criança e o adolescente.

Constatou-se que (50%) das vezes em que a palavra **doença** foi citada nos PPP foi apresentada nesta categoria e estava atribuída à frase: *saúde não é apenas ausência de doença*. A frase estava estruturada nos conteúdos propostos também na disciplina de ciências. Conforme os projetos das escolas E.M.O.1 (2012, p.85); E.M.N.3 (2012, p. 60) e E.M.S.3 (2012, p 83), “saúde não é apenas ausência de doença, mas envolve o bem estar físico, mental e social. Deste modo, a saúde é uma questão de natureza social, depende do acesso à alimentação, ao vestuário, à moradia e ao lazer”, ou seja, as escolas contextualizam a definição de Saúde segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), mas não evidenciam como trabalhar essa questão como compromisso da escola e como isso influencia a vida do educando.

Com 36,84% a categoria **sexualidade/sexo** é representada neste tópico. Nos Projetos Político-Pedagógicos discute-se a proposta de trabalho referente à diversidade cultural, religiosa, étnico racial, de gênero social e inclusão. A Escola E.M.O.2 (2012, p. 59) apresenta como uma proposta de tema sobre a diversidade escolar “a temática sexualidade humana entre outros que serão trabalhadas ao longo do ano letivo, em todas as disciplinas”. A mesma escola discute que “assume a centralidade das políticas públicas para assegurar as condições de acesso,

participação e aprendizagem de todos os alunos no ensino regular, em igualdade de condições”.

Já o projeto da escola E.M.O.1 (2012, p.33) destacou o Art. 3º da Constituição Federal, que situa, entre os objetivos fundamentais da República, o de “construir uma sociedade livre, justa e solidária, promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras forma de discriminação”, porém, não relata como está sendo abordado e trabalhado o uso do conceito e as transformações que vêm ocorrendo nas últimas décadas.

Em 16,66% das ocorrências a palavra **drogas** apareceu neste tópico. A ênfase dada ao tema foi a base nacional comum que é constituída também pela disciplina “Prevenção ao uso indevido de drogas”, conforme apresentado nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas E.M.O.3 (2012); E.M.N.1 (2012); E.M.O.2 (2012); E.M.N.3 (2012) e E.M.O.1 (2012).

É preciso tratar os assuntos relacionados como prevenção da promoção da saúde, como conteúdos com abordagens de maneira ampla. O tema prevenção na Proposta Curricular vai além das discussões que perpassam apenas conteúdos de caráter biológico ele deve possibilitar que o entrosamento ocorra em diferentes disciplinas de forma interdisciplinar.

O Tópico Norteador **Trabalho Sobre a Diversidade Escolar** em que a escola deve se propor a relatar como são trabalhadas as questões de diversidade cultural, religiosa, étnico racial, de gênero, social e, também como é estabelecido o atendimento aos alunos portadores de necessidades especiais etc, só uma categoria foi apresentada.

As citações que aparecem sobre diversidade escolar, representam 10,52% do total das referências ao tema **sexualidade/sexo**, ou seja, apenas duas das dezenove vezes em que foi encontrada. As E.M.L.3 (2012, p.110) e E.M.L.2 (2012, p.117) destacaram a necessidade de “valorizar a vida e sua qualidade como bens pessoais e coletivos, desenvolver atitudes responsáveis com relação à saúde, à sexualidade e à educação das gerações mais novas”. Neste tópico, que apresenta as discussões que permeiam problemas sociais, era esperado que conceitos de sexualidade e contextos relativos fossem propostos, buscando preencher lacunas da atual sociedade.

O Tópico Norteador **Complementação Curricular** propõe descrever programas de parceria e outras estratégias de complementação que a escola desenvolve. Apresentam-se, neste tópico, as categorias: **violência, drogas, álcool, prevenção e doença**.

A palavra **violência** foi destacada neste tópico norteador, com 76,47% das ocorrências. O foco foi centro das discussões sobre projetos, como o Programa Educacional de Resistência à Drogas e à Violência – Proerd<sup>10</sup> e o Programa Educação e Paz<sup>11</sup>.

O Projeto Político-Pedagógico da escola E.M.0.3 (2012), argumentou que

no contexto desta sociedade valores como solidariedade, respeito à diferenças, generosidade e humildade estão cada vez mais distantes, mas ainda visualizamos uma possibilidade de mudanças; acreditamos que a educação que prime pela não-violência poderá colaborar para resolver problemas sociais emergentes e conseqüentemente para a construção de uma sociedade mais justa e humana, educando para a paz (E.M.0.3, 2012, p. 94).

O documento da escola citada acima ainda abordou a temática como um trabalho que vai além da grade curricular

atualmente a escola, assim como os professores, precisam assumir tarefas que extrapolam a grade curricular, desenvolver nos alunos o senso crítico também implica desenvolver a capacidade de indignar-se diante de qualquer situação de violência física, respeito e valores que permitem estabelecer uma “cultura de paz” (E.M.O.3, 2012, p.95).

O PPP da escola E.M.O.2 (2012) aponta que os programas citados acima e o Programa Escola Aberta<sup>12</sup>

privilegiam o conhecimento local, o informal, o saber popular e a cultura regional para a superação do ciclo de exclusão em que está presa a educação, colaborando para a reversão do quadro de

---

<sup>10</sup> O Programa atende alunos de 5º ano e tem como objetivo abordar temas como valorização à vida e da importância de manter-se longe das drogas e da violência.

<sup>11</sup> O Programa visa orientar os pais dos alunos sobre a prevenção do uso de drogas e violência.

<sup>12</sup> O Programa oferece espaços da escola para desenvolvimento de projetos da comunidade.

violência e a construção de espaços de cidadania (E.M.O.3, 2012, p. 94).

O tema também é debatido como enfrentamento da violência contra a criança. Percebe-se que as escolas não realizam esforços em aplicações de ações que vão além de Projetos ou Programas para desenvolver estratégias, que possam apontar redução no enfrentamento de riscos.

Em 63,33% das ocorrências, o termo **drogas** é representado na Complementação Curricular. A palavra foi destaque dezenove vezes dando ênfase ao programa de resistência ao uso de drogas. A escola E.M.S.3 (2012, p. 58) abordou em seu Projeto que o programa tem como “objetivo prevenir e orientar os alunos do 5º ano a ficarem distante das drogas lícitas e ilícitas” e a escola E.M.S.1 (2012, p. 59) complementa que o objetivo do programa também é “reduzir o uso indevido de drogas entre estudantes, bem como ajudar a reconhecerem as pressões e a influência diária para usarem drogas e praticarem a violência e a resistirem a elas”, mas não apresenta como essa temática é articulada entre as disciplinas e nem se realizam outras ações que possam complementar a abordagem dos projetos.

Já as escolas E.M.O.1 (2012) e E.M.O.3 (2012) propõem essa ação como projeto de caráter interdisciplinar para totalizar os dias letivos da instituição. Segundo as escolas,

para complementar a carga horária a fim de totalizar os 200 dias letivos a escola desenvolve os seguintes projetos interdisciplinares visando enriquecer as estratégias de aprendizagem e oportunizar a formação crítica e reflexiva dos educandos, bem como prepará-los para o exercício exemplar da cidadania (E.M.O.1, 2012, p.125; E.M.O.3, 2012, p.90).

Ou seja, a escola utiliza essas ações para complementar as horas que totalizam o ano letivo, esquecendo que discussões desta natureza devem ser integradas nas disciplinas curriculares como recursos essenciais para promover atitudes educativas e de prevenção.

Apesar de ser considerada como problema público, a categoria **álcool**, foi encontrado, apenas três vezes nas análises dos Projetos, sendo que uma única vez

abordada no tópico Complementação Curricular o que considerou 33,33% da análise. O termo também foi vinculado à ação de programas de prevenção. Segundo a escola E.M.O.3 (2012), o objetivo de ofertar o programa é

conscientizar acerca da necessidade de tomarem decisões e atitudes corretas frente à violência, resistindo ao uso do álcool e das drogas na busca por uma vida saudável, sempre optando por atividades legais e divertidas, sem drogas e sem violência (E.M.O.3, 2012,p.91).

Porém, o projeto não compartilha ações que a escola faz para que o programa possa subsidiar o desenvolvimento de competências para a prevenção.

Quanto à referência à categoria **prevenção**, em que a porcentagem foi de 23,07%, nota-se que as escolas, com o incentivo da Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) e em parceria com a comunidade, participam durante o ano letivo de programas e projetos que visam o “desenvolvimento, físico, cultural, afetivo, social dos participantes para complementação curricular” (E.M.L.2, 2012, p.18), ou seja, novamente os projetos de prevenção subsidiados em parceria com a sociedade são apresentados como alternativas para intensificar ações para a “prevenção da criminalidade, concorrendo para a diminuição dos índices de violência e criminalidade, especialmente, para a diminuição do uso abusivo das drogas, que vem se caracterizando como flagelo do terceiro milênio” (E.M.L.1, 2012, p.86). Porém, a escola deveria colocar essas discussões em consenso com a rotina da escola, desenvolvendo um trabalho efetivo de cidadania.

Uma única vez a palavra **doença** foi referenciada neste tópico, o que equivale a 16,66% do total. A escola E.M.S.1 (2012) discutiu no projeto que

a preservação do meio ambiente se tornou uma prioridade mundial. Aquecimento global, poluição, doenças respiratórias e de pele, intoxicação, problemas climáticos, são alguns dos problemas que já afetam os seres humanos e que tem piorado a cada ano (E.M.S.1 2012, p. 60).

Embora a problemática seja abordada no PPP não há representatividade de como serão trabalhadas essas problemáticas no dia a dia, nem em ações complementares à educação formal.

Pondera-se que as discussões apontadas neste tópico, **Complementação Curricular**, foram na maior parte das ocorrências apenas ações de parcerias. Há poucas discussões em torno de iniciativas de responsabilidade da escola e sua equipe. Isso denota, de certa forma, que as unidades escolares vêm se eximindo de promover ações interdisciplinares e de natureza extracurricular para promover saúde.

Por fim, o Tópico Norteador **Plano de Ação da Escola** relata o planejamento de ações que a instituição está adotando para o desenvolvimento dos alunos. As categorias encontradas foram: **álcool, doença, drogas, sexualidade/sexo e violência**.

A palavra **álcool** representada neste tópico com 33,33% foi encontrada no PPP da escola E.M.L.3 (2012, p.142). A escola apresenta questões de estímulo “a permanente rotina de lavar as mãos com sabão e fazer a higienização com álcool gel prevenindo assim a transmissão de doenças como a gripe”. Isso é, a palavra embora abordada com o questão de prevenção a doenças, não apresenta o contexto do consumo de álcool, também preocupante na sociedade contemporânea.

A categoria **doença** foi contextualizada uma vez ou 16,66%. Compõe a argumentação sobre os procedimentos para a melhoria da qualidade do processo de ensino e aprendizagem, por meio de ações de prevenção de doenças como, ações de higienização das mãos, não especificando outras preocupações relevantes na especificidade local.

Com 10 % de representatividade, a categoria **drogas** é discutida em uma das escolas como ações de valorização na construção do conhecimento. A escola E.M.S.1 (2012. p. 72) pontua que o objetivo é possibilitar a socialização e integração entre alunos/alunos e alunos/professores por meio de “debate sobre temas informais (relacionamentos, drogas e outros através de manchetes diversas)”.

Apenas 5,26% da frequência da categoria **sexualidade/sexo** estavam relacionados a este tópico. A E.M.N.3 (2012, p. 44) afirmou que “realiza junto às famílias palestras envolvendo os temas: educação de filhos, violência, sexualidade,

sobre coordenação da Secretaria da Educação”, num bom exemplo de ação a escola se propõe a contextualizar e valorizar o espaço escolar, convidando a família para debater e participar da construção do exercício da cidadania.

Com apenas 3,92% das ocorrências, a palavra **violência** se apresentou destacada, mais uma vez, a programas de resistência às drogas e à violência, considerando a ação de “responsabilidade da Polícia Militar” E.M.L.3 (2012, p.141).

O plano de ação da escola representa o que a escola se propõe a construir como novas possibilidades de vida social para a comunidade. Por meio de atitudes e reflexões, a proposta é que a equipe pedagógica disponibiliza conhecimentos, ações e meios de possibilitar iniciativas de prevenção e promoção da saúde. Essas atitudes têm que ser incluídas também nos conteúdos curriculares e não serem somente vinculadas a programas ou projetos de responsabilidade da sociedade civil organizada.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados da análise de conteúdo mostraram, então, que quando se citam as categorias: prevenção, doença, álcool, sexualidade/sexo, drogas e violência nos tópicos norteadores dos Projetos Político-Pedagógicos das 13 escolas estudadas, não se focam especificamente ações que possam efetivamente redundar em melhor qualidade de vida dos educandos e da comunidade escolar. Diante dessa realidade, vê-se que os Projetos Político-Pedagógicos não vêm sendo referência para a promoção da saúde na escola. Pouquíssimos se preocupam em construir um ambiente plural de participação, em que todas as instâncias - família, sociedade e escola – da comunidade escolar possam ter voz e assumir responsabilidade na tarefa de favorecer e fortalecer comportamentos que estimulem e promovam a saúde.

Um detalhe importante a se destacar foi à constatação de que os documentos apresentam frases similares, quase com a mesma estrutura. Isso leva a se pensar que a redação pode ter sido feita mais por obrigação em apresentar o documento à Secretaria de Educação do que por consciência da importância do PPP para a efetividade da ação da escola.

É preciso que “a educação contextualizada [...] assuma importância cada vez maior espaço-tempo entre as prioridades socioeducacionais dos cidadãos”, como pontua Veiga (2004, p. 49). E a escola é um das instâncias onde as informações em saúde devem estar em constante discussão de forma ampla e interdisciplinar, em atividades que reúnam toda a comunidade escolar.

Considerando que temas como violência, drogas e sexualidade são questões sociais, de múltiplas causas, a escola é um dos principais caminhos para que essas discussões sejam constituídas, não podendo atribuir essa responsabilidade apenas a programas ou ações externas para finalizar a carga horária do ano letivo. Essas questões devem estar em pauta em todas as discussões vinculadas ao projeto da escola, para que se possa garantir promoção da saúde de forma ampla e preventiva.

É necessário, que se reveja o debate dos temas que envolvem a saúde nas unidades escolares. Sugere-se que as autoridades de educação e saúde comecem, por exemplo, a fornecer modelos mais consistentes a serem seguidos pelos Projetos Político-Pedagógicos, exigindo mais comprometimento das equipes gestoras na produção deste documento. Este precisa, também, ir além das proposições gerais e apontar de forma mais significativa ações concretas que deem conta dos problemas atuais que envolvem a educação. Entre eles, sem dúvida, está a saúde e todos os aspectos que a envolvem.

## REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1ª Edição. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação – Câmara de educação básica. **Resolução n.º 4, de 13 de julho de 2010**. Brasília: Ministério da Educação, 2010.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **SUS a Saúde no Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.
- COLLARES, A. L., MOISÉS, A.A. **Educação, saúde e formação da cidadania na escola**. Trabalho apresentado no Congresso Nacional de Didática e Prática de Ensino. Recife, 1987.
- EYNG, Ana Maria. **Currículo Escolar**. Curitiba: Ibpex, 2010.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

PELICIONI. Maria Cecília Focesi; TORRES. André Luis. **Promoção da Saúde: A Escola promotora de Saúde.** Monografia. Departamento em Prática em saúde pública, Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública. São Paulo, 1999.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO. **E.M.N.1.** Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

\_\_\_\_\_. **E.M.N.2.** Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

\_\_\_\_\_. **E.M.N.3.** Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

\_\_\_\_\_. **E.M.S.1.** Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

\_\_\_\_\_. **E.M.S.2.** Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

\_\_\_\_\_. **E.M.S.3.** Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

\_\_\_\_\_. **E.M.L.1.** Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

\_\_\_\_\_. **E.M.L.2.** Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

\_\_\_\_\_. **E.M.L.3.** Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

\_\_\_\_\_. **E.M.L.4.** Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

\_\_\_\_\_. **E.M.O.1.** Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

\_\_\_\_\_. **E.M.O.2.** Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

\_\_\_\_\_. **E.M.O.3.** Secretaria de Educação de Maringá: Maringá, 2012.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político – Pedagógico: elementos metodológicos para a elaboração e realização.** 12ª ed. São Paulo: Libertad, 2005.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org). **Projeto Político – Pedagógico da Escola: uma construção possível.** Campinas: Papirus, 2004.

## **CAPÍTULO III**

### **CONCLUSÃO**

Esta dissertação teve por propósito estabelecer uma análise de como as questões de promoção da saúde se fazem presentes nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas municipais de Maringá, que atuam com turmas do 1º ao 5º ano do ensino fundamental.

Impraticável refletir sobre as questões que envolvem a formação de um sujeito social e político sem investir em educação e em saúde. A instituição escolar contemporânea aposta em um perfil democrático, inclusivo e plural como forma de se possibilitar a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

O trabalho acerca do tema saúde na escola envolve propiciar ao educando conhecimentos, competências e habilidades para que possa optar pela adoção de estilos de vida mais saudáveis.

A promoção da saúde é um processo que tem por principal objetivo apresentar informações relevantes para que o sujeito possa construir uma vida saudável e é óbvio que todas as instâncias sociais - família, sociedade e escola - têm a responsabilidade de ofertar e fortalecer comportamentos que estimulem e promovam a saúde, mas é a escola o espaço essencial que deve permitir e fomentar debates acerca do tema.

Assim, a parceria Educação e Saúde é um forte alicerce para a construção de uma sociedade saudável. Considera-se que promover Saúde no ambiente escolar é oferecer a comunidade uma das formas mais primárias e simples de se manter saudável.

O desafio de apresentar como as escolas municipais da cidade de Maringá-PR, que atuam com turmas de 1º ao 5º anos, estão abordando a temática saúde e seus determinantes no documento norteador, denominado de Projeto Político-Pedagógico (PPP) leva à constatação de que a escola deve se preocupar em formar cidadãos capazes de tomar as suas próprias decisões, que envolvem o direcionamento para uma vida mais saudável.

Os resultados da metodologia de análise de conteúdo dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) evidenciaram, que quando se mencionam as categorias: **saúde, alimentação, higiene, prevenção, sexualidade/sexo, drogas, violência, doença, esporte, álcool e meio ambiente** nos tópicos norteadores, a escola muito pouco se preocupa em desempenhar o seu papel de construtora de conhecimentos múltiplos. A função de ensinar noções básicas em “saúde” foi considerada, por exemplo, como “não função da escola, mas sim de profissionais da área da saúde” ou de responsabilidade de outros setores como programas como “Proerd”, que foi indicado pelas 13 (treze) escolas pesquisadas, como a única prática desempenhada por elas para que seja evitado o uso indevido de drogas ou a violência. A falta de discussão relevante e de indicadores que possibilitam uma reflexão sobre essa política pública é pouco condizente com o que a atual sociedade convive.

Considerando que temas como violência, drogas e sexualidade são questões sociais, de múltiplas causas, a escola é um dos principais caminhos para que essas discussões sejam constituídas, não podendo atribuir essa responsabilidade apenas a programas ou ações externas para finalizar a carga horária do ano letivo. Essas questões devem estar em pauta em todas as discussões vinculadas ao projeto da escola, para que se possa garantir promoção da saúde de forma ampla e preventiva.

Inicialmente percebeu-se que alguns dos Projetos expressavam semelhanças mesmo quando seria de responsabilidade de cada escola produzir e identificar o perfil sociológico e as lacunas vulneráveis existentes na comunidade em que elas estão inseridas. Na construção dos PPP, é fundamental que haja a organização do planejamento de forma coletiva: escola, alunos, comunidade, pois ela é norteadora de uma escola socializadora do conhecimento e da cidadania.

Destaca-se que os documentos oficiais como os Projetos Político-Pedagógicos das escolas do município constituem-se numa fonte fidedigna de dados, visto que representam oficialmente as escolas, junto à Secretaria de Educação do Município.

Enfim, a produção e escrita deste estudo possibilitou averiguar que a falta de letramento em saúde geram dificuldades em se planejar práticas de vida mais saudáveis. Ações nesse campo demandam inovações nas estratégias de reorganização do sistema educativo e investimentos físicos e financeiros para a capacitação das equipes gestoras das escolas. Afinal, a comunicação de cunho

educativo deve partir daqueles que são responsáveis pela ação pedagógica. É preciso que todos ajam visando mudanças de estilos de vida que permitam hábitos mais saudáveis no ambiente escolar.

É premente, então, que se avalie a discussão de temas que envolvam a saúde nas instituições escolares. As políticas que norteiam tanto a educação, quanto à saúde, precisam se preocupar em apresentar modelos mais consistentes que possam ser incluídos e expressos nos Projetos Político-Pedagógicos.